



UFOP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Ouro Preto

Escola de Minas – Departamento de Engenharia Ambiental

Curso de Graduação em Engenharia Ambiental



Rafael Lacerda Almeida Zenóbio

**AGENDA 2030 NO BRASIL E NOS PAÍSES DO BRICS: COMPARAÇÃO DO
PROGRESSO E POSSÍVEIS PRÁTICAS PARA O ALCANCE DAS METAS**

Ouro Preto

2023

AGENDA 2030 NO BRASIL E NOS PAÍSES DO BRICS: COMPARAÇÃO DO
PROGRESSO E POSSÍVEIS PRÁTICAS PARA O ALCANCE DAS METAS

Rafael Lacerda Almeida Zenóbio

Trabalho Final de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Engenheiro Ambiental na Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Lívia Cristina Pinto Dias

Ouro Preto

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Z55a Zenobio, Rafael Lacerda Almeida.
Agenda 2030 no Brasil e nos países do BRICS [manuscrito]:
comparação do progresso e possíveis práticas para o alcance das metas.
/ Rafael Lacerda Almeida Zenobio. - 2023.
97 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Livia Cristina Pinto Dias.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Escola de Minas. Graduação em Engenharia Ambiental .

1. Sustentabilidade. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3.
Organizações internacionais. 4. Nações unidas. I. Dias, Livia Cristina
Pinto. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 502

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael Lacerda Almeida Zenóbio

Agenda 2023 no Brasil e nos países do BRICS: comparação do progresso e possíveis práticas para o alcance das metas

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Ambiental

Aprovada em 24 de agosto de 2023

Membros da banca

Profa. Lívia Cristina Pinto Dias - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Marina de Medeiros Machado - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Carolinna Maria Silva Martins - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Lívia Cristina Pinto Dias, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/04/2024



Documento assinado eletronicamente por **Livia Cristina Pinto Dias, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/04/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0693988** e o código CRC **C01AFCC1**.

AGRADECIMENTOS

É com grande alegria e gratidão que expresso meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de maneira significativa para a conclusão deste trabalho de conclusão de curso. Este é um momento de celebração e realização, e não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de cada um de vocês.

Gostaria de começar agradecendo a Professora Lívia Cristina Pinto Dias, que dedicou seu tempo, conhecimento e paciência para me guiar ao longo deste processo. Suas orientações valiosas e ideias enriqueceram minha pesquisa e me ajudaram a desenvolver uma compreensão mais profunda do assunto.

Minha família e amigos merecem uma expressão especial de gratidão. Seu apoio incondicional, encorajamento constante e palavras de incentivo foram o combustível que me impulsionou nos momentos desafiadores. Saber que tinha uma rede de pessoas que acreditavam em mim fez toda a diferença.

Agradeço também aos colegas de classe e colegas de curso e a República Verdes Mares, com os quais compartilhei discussões enriquecedoras, trocas de ideias e momentos de aprendizado. Nossas interações foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho e para minha formação acadêmica e pessoal.

À Escola de Minas e UFOP, professores e funcionários, expresso minha gratidão pela oportunidade de estudar em um ambiente tão enriquecedor e inspirador. As ferramentas, recursos e suporte que recebi ao longo desses anos foram essenciais para o meu crescimento.

Por fim, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos os que participaram deste percurso, mesmo que de maneira indireta. Este é um marco significativo em minha jornada acadêmica e pessoal, e estou emocionado por compartilhar este momento com todos vocês. Mais uma vez, muito obrigado por fazerem parte desta conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	2
Figura 2 - Linha do tempo com os principais eventos e documentos sobre desenvolvimento sustentável	28
Figura 3 - Sustainable Development Report (SDR)	33
Figura 4 - Sistema de quatro setas adotado pelo SDR 2022 para indicar o progresso dos países em relação aos ODS, sendo vermelha (o círculo indica ausência de dados).....	35
Figura 5 - Representação gráfica da metodologia de setas adotado pelo SDR 2022	36
Figura 6 - Pontuação dos países dos BRICS em relação aos ODS.....	49
Figura 7 - Pontuação dos países dos BRICS em relação às tendências de melhorias	50
Figura 8 - Pontuação total dos países dos BRICS em relação ao progresso das ODS	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo dos principais eventos e documentos sobre desenvolvimento sustentável	28
Tabela 2 - Pontuações para o método semáforo e sistema de setas	37
Tabela 3 - Progresso do Brasil em relação aos ODS	38
Tabela 4 - Progresso da Rússia em relação aos ODS	40
Tabela 5 - Progresso da Índia em relação aos ODS	42
Tabela 6 - Progresso da China em relação aos ODS	44
Tabela 7 - Progresso da África do Sul em relação aos ODS	46

LISTA DE SIGLAS

ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
SDG	Sustainable Development Goals
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
PIB	Produto Interno Bruto
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
RNB	Renda Nacional Bruta
OMC	Organização Mundial do Comércio
MIT	Massachusetts Institute of Technology
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
IUCN	International Union for Conservation of Nature
WWF	World Wildlife Fund - Fundo Mundial da Natureza
CFC	Clorofluorcarbonetos
HCFC	Hidroclorofluorcarbonetos
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
ONG	Organizações Não Governamentais
COP	Conference of the Parties
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
GEE	Gases do Efeito Estufa
HIV	Human Immunodeficiency Virus
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RESUMO

A Agenda 2030 é um plano global estabelecido pela ONU em 2015, com o propósito de alcançar um desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. Ela compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abrangem áreas como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade, energia limpa e justiça social entre outras. A importância da Agenda 2030 reside em sua abordagem integrada para enfrentar desafios globais, promovendo equidade, preservação ambiental e progresso econômico. O trabalho em questão aborda os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em comparação com o Brasil, e propõe metas a serem desenvolvidas para a conclusão das mesmas, com isso é para avaliar o avanço das nações em relação à realização das metas, o estudo "*Sustainable Development Report 2022 (SDR 2022): From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond*", um estudo entre a Universidade de Cambridge em parceria com a ONU, foi empregado como referência. A metodologia adotada nesse estudo é composta pela abordagem do semáforo e da metodologia de setas. Estas estratégias facilitam a avaliação de quais metas estão sendo efetivamente alcançadas, bem como a identificação das tendências de alcance futuro das metas delineadas. Sob essa égide comparativa, são atribuídos valores distintivos a cada simbologia, culminando em uma apreciação comparativa dos países membros dos BRICS. Os resultados ilustrados graficamente denotam que o Brasil se posiciona em terceiro lugar no contexto dos BRICS, ficando aquém da China e da Rússia. Com isso, emergem uma série de proposições visando substancialmente aprimorar o panorama brasileiro e, assim, permitir sua superação em relação a essas nações congêneres.

Palavras-chave: Sustentabilidade, ONU, ODS, panorama brasileiro.

ABSTRACT

The 2030 Agenda is a global plan established by the UN in 2015, with the purpose of achieving sustainable development by the year 2030. It comprises 17 Sustainable Development Goals (SDGs) that cover areas such as poverty eradication, gender equality, education quality, clean energy and social justice, among others. The importance of the 2030 Agenda lies in its integrated approach to addressing global challenges, promoting equity, environmental preservation and economic progress. The work in question addresses the BRICS countries (Brazil, Russia, India, China and South Africa) in comparison with Brazil, and proposes goals to be developed for their completion, with this in mind to assess the progress of nations in regarding the achievement of the goals, the study "Sustainable Development Report 2022 (SDR 2022): From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond", a study between the University of Cambridge in partnership with the UN, was used as a reference. The methodology adopted in this study is composed of the traffic light approach and the arrow methodology. These strategies facilitate the assessment of which goals are being effectively achieved, as well as the identification of trends in future achievement of the outlined goals. Under this comparative aegis, distinctive values are attributed to each symbology, culminating in a comparative appreciation of the BRICS member countries. The graphically illustrated results denote that Brazil ranks third in the context of the BRICS, falling short of China and Russia. As a result, a series of propositions emerge aimed at substantially improving the Brazilian scenario and, thus, allowing it to be surpassed in relation to these similar nations.

Keywords: Sustainability, UN, SDG, Brazilian panorama.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVO	4
	2.1 Objetivo Geral	4
	2.2 Objetivos Específicos	4
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
	3.1 Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável.....	5
	3.2 Histórico do Desenvolvimento Sustentável.....	20
	3.3 Fundação dos BRICS	30
4	MÉTODOS	33
	4.1.1 Método 1	33
	4.1.2 Método 2	Erro! Indicador não definido.
	4.1.3 Método 3	Erro! Indicador não definido.
	4.1.4 Método 4	Erro! Indicador não definido.
	4.1.5 Método 5	Erro! Indicador não definido.
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
	5.1 Brasil e os ODS	38
	5.2 Rússia e os ODS	40
	5.3 Índia e os ODS.....	42
	5.4 China e os ODS	44
	5.5 África do Sul e os ODS	46
	5.6 Comparativo de cada resultado dos BRICS	48
	5.6.1 Somatória de pontos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	48
	5.6.2 Somatória de pontos das tendências de melhorias dos países dos BRICS..	49
	5.6.3 Somatórios de pontos dos ODS e da Tendência de melhoria	50
	5.6.4 Painel geral de todos os somatórios	Erro! Indicador não definido.
	5.7 Melhorias esperadas para o Brasil em relação aos BRICS.....	51
6	CONCLUSÃO	1
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e é também conhecido como Relatório Brundlant. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é definido como:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (ONU, 1987).

Após 1987, a partir do avanço do interesse mundial em relação à escassez de recursos naturais e o descontrole da população com o planeta Terra, o desenvolvimento sustentável passou a ser pauta de muitos estudiosos e governantes (BARBIERI, 2020).

Em 1990, a pedido do Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), diversos especialistas se reuniram com o objetivo de criar um documento chamado de “Declaração do Milênio”. Nesse documento foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham como finalidade combate à fome e à pobreza, bem como a implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e proteção do meio ambiente (ONU, s.d). Foram forjadas também, medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável (SARTORI; TAVARES; PINATO, 2020)

A Declaração do Milênio foi assinada em setembro de 2000 por 191 países membros da ONU e, nos anos subsequentes, houve avanços significativos em relação à implementação dos ODM, com muitos países adotando políticas e programas para alcançar essas metas (SARTORI; TAVARES; PINATO, 2020). No entanto, em 2015, a comunidade internacional reconheceu que ainda havia desafios a serem enfrentados e uma nova agenda mais abrangente e ambiciosa foi adotada.

Em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, foi adotado o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esse novo acordo,

também conhecido como Agenda 2030, foi assinado por 193 Estados-Membros da ONU, demonstrando o compromisso global com o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A Agenda 2030 demorou um tempo razoável para ser construída. Durante o período de dois anos, Estados, instituições de pesquisa, iniciativas privadas e a sociedade civil participaram desta realização. Como resultado desse esforço conjunto, foram criados 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada um deles desdobrando-se em metas específicas, totalizando 169 metas no conjunto (ONU,2015).

O propósito principal da Agenda 2030 é a realização desses 17 objetivos, apresentados na Figura 1, os quais abrangem dimensões ambiental, econômica e sociais. O cumprimento dessas metas é uma responsabilidade compartilhada entre os países, ou seja, eles assumem conjuntamente o compromisso com o sucesso da Agenda 2030. Assim, embora cada país tenha assinado individualmente o acordo, a ideia é que a concretização das metas seja alcançada de forma coletiva, com colaboração mútua (ONU,2015).



Figura 1 - Representação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: ONU (2015)

Em julho de 2023, a Agenda 2030 completará 8 anos, representando um pouco mais da metade do prazo estipulado para o seu cumprimento total. O Brasil tem mostrado progresso desde a assinatura da Agenda 2030, mas ainda enfrenta desafios quando comparado com

outros países. No entanto, fica a dúvida sobre o quanto o Brasil está atrasado em relação ao cumprimento das metas dos ODS, especialmente quando comparado aos países que compõe o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e China), já que esses países possuem um nível de desenvolvimento relativamente similar.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o progresso das metas propostas na Agenda 2030 nos países do BRICS, considerando o grau de desenvolvimento dessas nações em comparação com o Brasil. Para isso, serão coletados dados e informações sobre o alcance das metas e objetivos em cada país estudado. A partir dessa informação, será realizada uma análise comparativa para identificar as diferenças e semelhanças nos avanços alcançados em cada contexto nacional. Além da análise comparativa, este trabalho também busca propor soluções para as metas que ainda não foram alcançadas no Brasil com base nas experiências e boas práticas dos demais países do BRICS.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar o progresso das metas da Agenda 2030 no Brasil e compará-los com desempenho dos demais países do BRICS, visando, com base nessa avaliação propor ajustes e estratégias que aprimorem a implementação das metas no país, visando o desenvolvimento sustentável.

2.2 Objetivos Específicos

- Comparar o desempenho do Brasil e dos demais países do BRICS em relação ao cumprimento das metas da Agenda 2030;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelo Brasil na implementação das metas da Agenda 2030 e quais países do BRICS podem ser fonte de inspiração para boas práticas;
- Propor ajustes e estratégias para aprimorar a implementação das metas da Agenda 2030 no Brasil, levando em consideração as experiências e boas práticas observadas nos países do BRICS;

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável

A Agenda 2030 é um plano global ambicioso estabelecido pelas Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. No cerne da Agenda 2030 estão os ODS – um conjunto de 17 metas interconectadas e integradas que abrangem aspectos ambientais, sociais e econômicos. Cada um desses objetivos visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a igualdade, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas vivam em paz e prosperidade.

Os ODS representam um guia abrangente para moldar políticas, práticas e investimentos em escala global, nacional e local. Segundo Le Blanc et al. (2015), os ODS " são um apelo à ação de governos, setor privado, sociedade civil e indivíduos, a fim de alcançar um futuro mais sustentável e inclusivo para todos". Portanto, a Agenda 2030 e as ODS representam um compromisso coletivo e global para construir um futuro mais sustentável e próspero para todos, deixando ninguém para trás. De acordo com Sachs (2012), “essa agenda desafia governos, empresas, organizações e indivíduos a trabalharem em conjunto para alcançar um mundo melhor e mais justo até o ano de 2030.” Essa visão abrangente e integrada proposta pelas ODS é essencial para impulsionar ações e transformações em direção a um desenvolvimento sustentável verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Considerando o escopo desse estudo, cujo objetivo é analisar o progresso do Brasil em relação ao cumprimento das metas estabelecidas na Agenda 2030 e compará-lo com o desempenho dos demais países do BRICS, faz-se necessário realizar uma descrição minuciosa de cada um dos objetivos e suas respectivas metas, conforme definido pela ONU (2015).

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 1 – Erradicação da pobreza

O ODS 1 tem como objetivo, conforme a ONU (2015), de “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. Nele estão dispostas 5 metas que são (ONU, 2015):

- Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;

- Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
- Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
- Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças;
- Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome zero e Agricultura sustentável

O objetivo central desse ODS é, de acordo com a ONU (2015), “acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, e dentre as metas propostas estão (ONU, 2015):

- Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
- Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e pessoas idosas;
- Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;
- Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças

climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

- Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-estar

Esse ODS tem foco principal, de acordo com a ONU (2015), de “assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todas e todos em todas as idades” e as metas que se relacionam a ele são (ONU, 2015):

- Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;
- Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;
- Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;
- Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;
- Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;
- Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;
- Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;
- Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de qualidade

Segundo a ONU (2015), o principal objetivo do ODS 4 é “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. As metas presentes na ODS 4 são (ONU, 2015):

- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
- Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;
- Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;
- Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
- Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;
- Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;
- Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência,

cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de gênero

Objetivo central desse ODS, segundo a ONU (2015), é: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.” As metas que são propostas nesse ODS são (ONU, 2015):

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
- Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 – Água potável e saneamento

Conforme a cartilha da Agenda 2030, desenvolvida pela ONU (2015), o ODS 6 tem como objetivo: "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos." As metas previstas são para o ODS 6 são (ONU, 2015):

- Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;

- Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;
- Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;
- Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
- Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 – Energia acessível e limpa

Segundo a ONU (2015), esse ODS tem como objetivo principal: “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.” As metas propostas para o ODS 7 são (ONU, 2015):

- Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;
- Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
- Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 – Trabalho decente e Crescimento econômico

Objetivo central desse ODS, segundo a ONU (2015), é: “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. As metas propostas para o ODS 8 são (ONU, 2015):

- Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos;
- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;
- Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
- Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;
- Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
- Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;
- Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
- Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

O ODS 9 tem como meta, conforme a ONU (2015), de “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”. Foram propostas as seguintes metas para esse ODS (ONU, 2015):

- Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;
- Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;
- Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;
- Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;
- Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 – Redução das desigualdades

O objetivo central desse ODS é, de acordo com a ONU (2015): “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. O ODS 10 como metas (ONU, 2015):

- Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;
- Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

- Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;
- Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
- Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;
- Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;
- Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – Cidades e Comunidades sustentáveis

Segundo a ONU (2015), o principal objetivo desse ODS é: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.” As metas propostas para o ODS 11 são (ONU, 2015):

- Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
- Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
- Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por

elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

- Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
- Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12 – Consumo e Produção responsáveis

Objetivo desse ODS, segundo a ONU (2015), é “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” e as metas propostas são (ONU, 2015):

- Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;
- Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita;
- Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
- Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e o reuso;
- Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;
- Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;
- Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 – Ação contra a mudança global do clima

O ODS 13 tem como objetivo, conforme a ONU (2015), “tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”. São propostas as seguintes metas para o ODS 13 (ONU, 2015):

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 – Vida na água

Segundo a ONU (2015), esse ODS tem como objetivo principal a “conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.” As metas propostas para o ODS 14 (ONU, 2015) :

- Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;
- Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
- Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;
- Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

- Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;
- Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;
- Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 – Vida terrestre

Objetivo central desse ODS, segundo a ONU (2015), é: “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”. As metas propostas são para o ODS 15 são (ONU, 2015):

- Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
- Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
- Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
- Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

- Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
- Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
- Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
- Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;
- Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

Objetivo central desse ODS, segundo a ONU (2015), é: “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. As metas propostas para o ODS 16 são (ONU, 2015):

- Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;
- Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;
- Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
- Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;
- Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

- Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
- Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;
- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;
- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 – Parcerias e Meios de implementação

Objetivo central desse ODS, segundo a ONU (2015), é: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”. As metas propostas são para o ODS 17 (ONU, 2015):

- Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;
- Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos;
- Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;
- Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o super-endividamento;
- Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;
- Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os

mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;

- Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;
- Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;
- Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;
- Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;
- Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020;
- Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;
- Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;
- Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
- Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

- Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;
- Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;
- Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;
- Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

3.2 Histórico do Desenvolvimento Sustentável

A consciência ambiental que experimentamos hoje é um desenvolvimento recente na humanidade. Na década de 1960, a autora Rachel Carson, conhecida por seu livro “Primavera Silenciosa” (“*Silent Spring*”), apresentou ao mundo a questão do “meio ambiente” de uma forma nunca antes abordada, com uma abordagem altamente eficaz e impactante (BONZI, 2013). Em “Primavera Silenciosa”, a autora denuncia sobre os efeitos negativos que os pesticidas estavam causando tanto para a saúde humana quanto para a preservação ambiental, (OLIVETO, 2019).

Segundo Oliveto (2019), apesar de ser considerada sensacionalista por alguns, a obra de Rachel Carson despertou debates e, ao longo dos anos, inspirou ações de engajamento social, econômico e ambiental, contribuindo para que a história avançasse até o surgimento da Agenda 2030. É possível dizer que o livro “Primavera Silenciosa” deu início ao “movimento ambiental” que impulsionou esforços para compreender e mitigar os impactos da atividade humana nos ecossistemas (BONZI, 2013).

Outro marco importante na história do desenvolvimento sustentável foi a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento” (“*The Limits to Growth*”) pelo Clube de Roma em 1972. Esse relatório, que foi elaborado por uma equipe de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), aborda a questão dos limites do crescimento econômico e da exploração dos recursos naturais em um cenário de crescimento populacional e industrial contínuo (OLIVEIRA, 2012).

A principal conclusão do relatório foi que se a humanidade não alterasse seu modelo de crescimento econômico e de consumo de recursos naturais, uma série de problemas surgiria – incluindo a escassez de recursos, a degradação ambiental e o colapso econômico. Embora tenha gerado críticas, “Os Limites do Crescimento” desencadeou debates sobre a necessidade de promover uma economia mais sustentável e consciente dos limites do planeta (OLIVEIRA 2012).

Ainda em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo. Essa foi a primeira conferência global onde líderes de governos, especialistas e representantes de organizações internacionais se reuniram para discutir questões ambientais em um fórum oficial. Como resultado da conferência, foi adotada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, que estabeleceu princípios para a proteção ambiental e para promoção do desenvolvimento sustentável (PASSOS, 2009). Além disso, a Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que se tornou a principal agência da ONU para a conservação do meio ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável (PASSOS, 2009).

Após uma década de 1970 marcada por diversos eventos e marcos importantes na história do desenvolvimento sustentável, as discussões e esforços para abordar as questões ambientais e sociais continuaram ganhando força na década de 1980. A "Estratégia Mundial de Conservação da Natureza" (“*World Conservation Strategy*”) foi um importante documento publicado em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em colaboração com PNUMA e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) (IUCN, 1980). Esse foi o primeiro esforço coordenado para abordar a conservação da natureza em nível global, com o objetivo de enfrentar os crescentes desafios ambientais e proteger a biodiversidade. A Estratégia Mundial de Conservação da Natureza estabeleceu três objetivos principais: 1)

conservação da diversidade biológica, b) utilização sustentável dos recursos naturais e c) desenvolvimento econômico e social compatível com a conservação. A Estratégia Mundial de Conservação da Natureza foi amplamente adotada e influenciou muitas políticas e iniciativas de conservação em nível global e nacional) (IUCN, 1980).

Também em 1980, o "Relatório Brandt", também conhecido como "Relatório Norte-Sul", foi um importante documento publicado em 1980 sob o título "*North-South: A Program for Survival*" (Norte-Sul: Um Programa para a Sobrevivência). O objetivo desse relatório foi analisar e propor soluções para os desafios globais relacionados às disparidades econômicas, sociais e políticas entre os países desenvolvidos (do Norte) e os países em desenvolvimento (do Sul) (VIEIRA, 2012). Além de abordar questões econômicas, sociais e políticas, o relatório também tratou de temas ambientais e chamou a atenção para a importância da proteção ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o "Relatório Brandt" teve um impacto significativo no debate global sobre desenvolvimento, justiça social e cooperação internacional (VIEIRA, 2012).

Na década de 1980, outro importante evento surgiu com a publicação do relatório "Nosso Futuro Comum" ("*Our Common Future*"), também conhecido como Relatório Brundtland, em 1987. Esse relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Nele, foi introduzido o conceito de "desenvolvimento sustentável" como uma abordagem que visa atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

Esse relatório desempenhou um papel crucial na consolidação do desenvolvimento sustentável como uma diretriz política e socioambiental global. Suas recomendações levaram a uma maior conscientização sobre a importância da sustentabilidade e influenciaram a elaboração de políticas públicas em âmbito nacional e internacional (SARTORI; TAVARES; PINATO, 2020).

Ainda em 1987, o Protocolo de Montreal é outro marco importante na história do desenvolvimento sustentável. O objetivo central do Protocolo de Montreal é a redução e eliminação gradual da produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, como os clorofluorcarbonetos (CFCs) e os hidroclorofluorcarbonetos (HCFCs), já que essas substâncias são conhecidas por contribuir significativamente para o esgotamento da camada de ozônio, que protege a Terra dos raios ultravioletas nocivos do sol (SILVA, 2009).

A ação coordenada empreendida por meio do Protocolo de Montreal é considerada um exemplo bem-sucedido de cooperação internacional para a proteção ambiental. Além disso, o

Protocolo de Montreal demonstrou que a comunidade global pode se unir para abordar questões ambientais urgentes. Assim, esse protocolo foi um precursor de outros acordos multilaterais voltados para a conservação do meio ambiente, servindo de inspiração para futuras iniciativas globais de sustentabilidade. Esse protocolo foi negociado e acordado em 1987, durante a Conferência de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, e entrou em vigor em 1989 (SILVA, 2009).

A década de 1990 foi uma continuação das discussões e esforços iniciados nas décadas anteriores, impulsionando a agenda do desenvolvimento sustentável para ações mais concretas e compromissos internacionais em busca de um futuro mais resiliente e equitativo para o planeta. Um evento histórico que aconteceu na década de 1990 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, realizado no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992 (OLIVEIRA, 2011). Segundo Oliveira essa conferência foi extremamente importante para a história do desenvolvimento sustentável por várias razões:

- Durante a Rio-92, foi adotada a Agenda 21, um plano abrangente de ação global para promover o desenvolvimento sustentável em diferentes setores, como meio ambiente, economia, saúde, educação e erradicação da pobreza. A Agenda 21 estabeleceu diretrizes para orientar as políticas nacionais e internacionais em busca de um desenvolvimento mais equitativo e ambientalmente responsável.
- Princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas: A Rio-92 consolidou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que reconhece que os países têm responsabilidades compartilhadas na busca pelo desenvolvimento sustentável, mas que essas responsabilidades devem ser diferenciadas, considerando as capacidades econômicas e tecnológicas de cada nação.
- Convenções Ambientais: Durante a Rio-92, também foram adotadas importantes convenções ambientais, como a Convenção sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esses acordos internacionais são marcos fundamentais para a cooperação global na abordagem de questões cruciais para o desenvolvimento sustentável.

- Participação da Sociedade Civil: A Rio-92 foi notável pela ampla participação da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais (ONGs) e representantes de comunidades indígenas. Essa participação fortaleceu o diálogo e o engajamento das partes interessadas na busca por soluções sustentáveis.
- Concepção dos ODS: Embora os ODS só tenham sido formalmente adotados em 2015, a Rio-92 abriu caminho para a discussão e o reconhecimento da importância de metas e indicadores globais para promover um desenvolvimento mais sustentável.

Em resumo, a Rio-92 foi crucial para a história do desenvolvimento sustentável, estabelecendo diretrizes, acordos e compromissos internacionais que moldaram a agenda global de sustentabilidade nas décadas subsequentes.

Durante a Rio-92, a questão da água e sua importância para o desenvolvimento sustentável foram amplamente debatidas. Para chamar a atenção para a importância da água como recurso vital para a vida e para o desenvolvimento sustentável, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia 22 de março como o Dia Mundial da Água a partir de 1993. Esse dia foi destinado a conscientizar as pessoas ao redor do mundo sobre a importância da água, promover o uso responsável e sustentável desse recurso e destacar as questões relacionadas à água que precisam ser abordadas a nível global. Desde então, esse dia tem sido uma oportunidade para promover ações e discussões sobre a gestão dos recursos hídricos e a preservação dos ecossistemas aquáticos em todo o mundo (MARTINEZ, 2010).

No contexto das discussões globais sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável da década de 1990, é importante citar o Protocolo de Kyoto, adotado em 1997, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP3). Esse protocolo representou um passo na implementação da UNFCCC – que foi criada durante a Rio-92 – estabelecendo metas específicas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para os países industrializados no período de compromisso entre 2008 e 2012 (SILVA, 2009).

O Protocolo de Kyoto está intimamente ligado ao histórico do desenvolvimento sustentável já que foram introduzidos nele mecanismos flexíveis, como o Comércio de Emissões e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitiam aos países industrializados atingir suas metas de redução de emissões de forma mais eficiente e econômica, ao mesmo tempo em que incentivavam projetos de mitigação em países em desenvolvimento. Além disso, o acordo estimulou a adoção e o desenvolvimento de

tecnologias limpas e de baixa emissão de carbono, impulsionando investimentos em energias renováveis, eficiência energética e outras soluções de baixo carbono (SILVA, 2009).

A década de 2000 foi marcante no histórico do desenvolvimento sustentável por ter sido quando foram feitas tentativas mais abrangentes de estabelecer metas globais para promover o desenvolvimento humano e combater a pobreza em todas as suas formas, ao mesmo tempo em que incorporam preocupações ambientais e sociais. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000, foram uma iniciativa liderada pelas Nações Unidas e contaram com o comprometimento de 189 países para alcançar oito objetivos específicos até o ano de 2015 (ROMA, 19).

Esses objetivos incluíam erradicar a extrema pobreza e a fome, promover a educação básica de qualidade, alcançar a igualdade de gênero, reduzir a mortalidade infantil e materna, combater o HIV/AIDS e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Ao incluir a sustentabilidade ambiental como um dos objetivos, os ODM reconheceram a importância de equilibrar as necessidades presentes com a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades, refletindo um dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável (ROMA, 2019).

Após cinco anos do estabelecimento das ODM, as Nações Unidas lideraram uma iniciativa promover a educação como um elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global: foi o Lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), que ocorreu em 2005. O lançamento da Década da EDS foi resultado de uma recomendação feita durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em Johannesburgo, África do Sul, em 2002. Nessa cúpula, a educação foi reconhecida como uma ferramenta essencial para capacitar as pessoas a enfrentar os desafios sociais, ambientais e econômicos decorrentes do desenvolvimento insustentável (GADOTTI, 2008).

Durante a Década da EDS, foram desenvolvidas diversas iniciativas em níveis global, regional, nacional e local para promover a integração de princípios de sustentabilidade nos sistemas educacionais e nas práticas de ensino. Isso incluiu a capacitação de educadores, a produção de recursos educacionais sobre desenvolvimento sustentável, a promoção de parcerias entre escolas e comunidades, entre outras ações. A Década da EDS foi concluída em

2014, mas o trabalho e os esforços em prol da educação para o desenvolvimento sustentável continuaram após esse período (GADOTTI, 2008).

Além dos ODM, outras três importantes metas globais foram estabelecidas no início do século XXI. Em 2010, o Objetivo de Aichi para a Biodiversidade foi estabelecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) durante a 10ª Conferência das Partes (COP10), realizada em Nagoya, Japão, em 2010. O Objetivo de Aichi para a Biodiversidade teve como objetivo principal frear a perda acelerada de biodiversidade no mundo e garantir que a diversidade biológica fosse valorizada, conservada e utilizada de forma sustentável para o benefício das gerações presentes e futuras. Para atingir esses objetivos foi estabelecida uma série de metas ambiciosas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade até o ano de 2020 (JUNIOR, SILVA, SILVA, 2011).

Em 2015, foi firmado o Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21), realizada em Paris, França. O objetivo principal do acordo é combater as mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura média global neste século, buscando mantê-lo "muito abaixo" de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e esforçando-se para limitá-lo a 1,5°C (REI, GONÇALVES, SOUZA, 2017). O Acordo de Paris é mais abrangente que o Protocolo de Kyoto tanto por envolver quase todos os países do mundo – o que o Protocolo de Kyoto não conseguiu – quanto por adotar uma abordagem mais flexível ao permitir que cada país estabeleça suas próprias metas – chamadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de redução de emissões – com base em suas circunstâncias nacionais e capacidades.

Embora seja mais conhecido por suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, o acordo também reconhece a importância da conservação dos ecossistemas terrestres, florestas e biodiversidade como parte integrante das estratégias de combate às mudanças climáticas – sendo, portanto um importante marco no histórico do desenvolvimento sustentável (REI, GONÇALVES, SOUZA, 2017).

Ainda em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030 com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais, visando promover um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos. A Agenda 2030 representa uma evolução em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2015). Enquanto os ODM focavam principalmente nos países em desenvolvimento e buscavam abordar questões como pobreza, saúde e educação, os ODS representam uma agenda mais ampla e abrangente para o desenvolvimento sustentável, incorporando também metas relacionadas à igualdade de gênero, energias renováveis, ação

climática, conservação da biodiversidade e acesso a água limpa e saneamento, por exemplo. Além disso, a Agenda 2030 destaca a necessidade de parcerias globais, inclusão de todas as partes interessadas e um compromisso compartilhado para a realização dos objetivos (ONU, 2015).

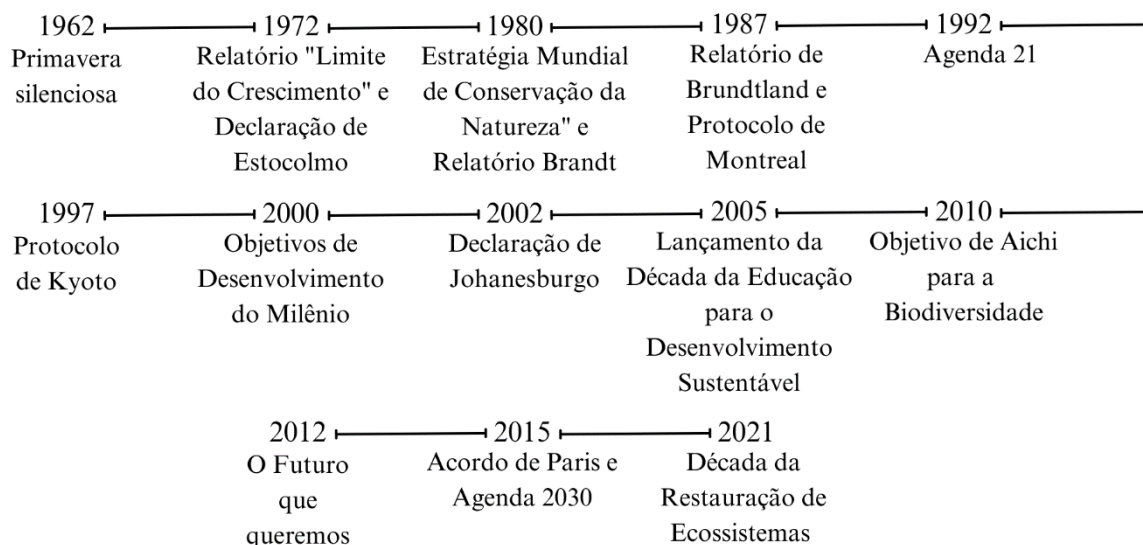
A Agenda 2030 representa uma oportunidade única para promover a transformação positiva do mundo, colocando a sustentabilidade no centro das políticas e práticas em todos os níveis. A sua implementação requer esforços conjuntos de governos, sociedade civil, setor privado e cidadãos, e pode desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável e próspero para todos (ONU, 2015). Por toda essa importância, a análise do progresso de diversos países quanto as metas da Agenda 2030 é o objeto desse trabalho.

Mais recentemente, durante a 15ª sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15), realizada virtualmente em Kunming, China, em junho de 2021, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período entre 2021 e 2030 como a Década da Restauração de Ecossistemas. A Década da Restauração de Ecossistemas tem como objetivo mobilizar ações em escala global para restaurar ecossistemas terrestres, florestas, áreas úmidas e outros habitats naturais degradados. Essa iniciativa visa não apenas conservar a biodiversidade, mas também promover o uso sustentável do solo e a recuperação de paisagens degradadas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

A Década da Restauração de Ecossistemas tem como meta principal restaurar 350 milhões de hectares de terras degradadas até 2030, abrangendo ecossistemas terrestres, marinhos e de água doce. Essa restauração inclui ações como o reflorestamento, o plantio de árvores, a recuperação de áreas degradadas, a conservação e a gestão sustentável de ecossistemas naturais (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Nessa revisão foi elaborada uma linha do tempo abordando os eventos e documentos ligados ao desenvolvimento sustentável ao longo do tempo, da obra "Primavera Silenciosa" em 1962 e até a atualidade. Nas Figura 2 e Tabela 1 estão destacados os marcos históricos que foram julgados como mais relevantes relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Figura 2 - Linha do tempo com os principais eventos e documentos sobre desenvolvimento sustentável



Fonte: O Autor, 2023

Tabela 1 - Resumo dos principais eventos e documentos sobre desenvolvimento sustentável

Ano	Evento/Publicadores	Objetivo Principal	Principal Resultado
1972	Clube de Roma	Abordar sobre o limite do crescimento econômico e exploração dos recursos naturais	Relatório "Limite do Crescimento"
1972	Conferência de Estocolmo	Incentivar e fornecer diretrizes para a ação de governos e organizações internacionais projetadas para proteger e melhorar o meio ambiente humano.	Declaração de Estocolmo
1980	União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em colaboração com PNUMA e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF)	Aborda a conservação da natureza em nível global, com o objetivo de enfrentar os crescentes desafios ambientais e proteger a biodiversidade.	Estratégia Mundial de Conservação da Natureza"
1980	Comissão Independente para Assuntos de Desenvolvimento Internacional	Analisar e propor soluções para os desafios globais relacionados às disparidades econômicas, sociais e políticas entre os países	Relatório Brandt

		desenvolvidos (do Norte) e os países em desenvolvimento (do Sul)	
1987	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	Unificação internacional na busca do desenvolvimento sustentável	Relatório de Brundtland
1987	Conferência de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	Redução e eliminação gradual da produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, como os clorofluorcarbonetos (CFCs) e os hidroclorofluorcarbonetos (HCFCs)	Protocolo de Montreal
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92)	Estabelecer estratégias e objetivos para a implantação do Relatório de Brundtland	Agenda 21
1997	Terceira Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP3)	Compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que produzem o efeito estufa	Protocolo de Kyoto
2000	Cúpula do Milênio das Nações Unidas	Buscar o alívio dos problemas sociais nos países em desenvolvimento	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
2002	Cúpula do Milênio das Nações Unidas (RIO+10)	Reforçar os compromissos realizados na Rio 92.	Declaração de Johannesburgo
2005	Desenvolvida pela ONU	Iniciativa promover a educação como um elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global	Lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
2010	10ª Conferência das Partes (COP10)	Frear a perda acelerada de biodiversidade no mundo e garantir que a diversidade biológica fosse valorizada, conservada e utilizada de forma sustentável	Objetivo de Aichi para a Biodiversidade
2012	Conferência das Nações	Reforçar os compromissos	O Futuro que

	Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO+ 20)	realizados na Rio+10.	queremos
2015	21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP21)	Combater as mudanças climáticas e limitar o aumento da temperatura média global	Acordo de Paris
2015	Desenvolvida pela ONU	17 objetivos com a função de promover um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos	Agenda 2030
2021	15ª sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15)	Mobilizar ações em escala global para restaurar ecossistemas terrestres, florestas, áreas úmidas e outros habitats naturais degradados	Década da Restauração de Ecossistemas

Fonte: O Autor, 2023.

À medida que a consciência sobre a importância do desenvolvimento sustentável cresce e a urgência das questões ambientais se torna cada vez mais evidente, é possível esperar que novos marcos históricos ocorram nos próximos anos. Enquanto continuamos a enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de recursos naturais e desigualdades econômicas, a esperança reside no compromisso coletivo de governos, empresas, sociedade civil e cidadãos em promover uma mudança positiva para o planeta. Ao permanecer atentos e engajados, estaremos prontos para testemunhar e contribuir com os novos capítulos da história do desenvolvimento sustentável.

3.3 Fundação dos BRICS

Em 2001, o economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neill, publicou um estudo intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*", no qual ele introduziu o conceito dos BRICs como possíveis economias emergentes que poderiam desempenhar um papel significativo na economia mundial. O termo "BRICs" foi cunhado para se referir ao Brasil, Rússia, Índia e China, quatro países com economias em desenvolvimento que demonstravam potencial de crescimento acelerado e relevância no cenário internacional (AGUIAR, 2014).

À medida que a década progredia, esses países confirmaram a previsão do estudo de O'Neill e emergiram como importantes atores no comércio internacional e nos fluxos de investimento estrangeiro. Segundo o IPEA (2023), entre 2003 e 2007, o crescimento dos

quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial (o PIB dos BRICS superou o dos EUA ou o da União Europeia, em paridade de poder de compra). Em 2003, os BRICS respondiam por 9% do PIB mundial. Já em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões (18% da economia mundial). Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice foi ainda maior: US\$ 19 trilhões (25% da economia mundial).

Apenas no ano de 2006, após a uma reunião organizada entre os quatro países na 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, os países de fato se consumaram como uma possível aliança econômica. Porém, apenas em 2008 foi realizada a primeira reunião formal dos BRICS. A primeira Cúpula dos BRICS ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo - Rússia. A segunda cúpula ocorreu em 2010, em Brasília - Brasil, e a terceira, em Sanya - China, em 2011. Nesses encontros foi sugerido a entrada da África do Sul, país que até então não fazia parte do grupo, mas apenas em 2011 que esse país tornou parte do grupo. As cúpulas dos BRICS são realizadas anualmente desde 2009 em diferentes países membros do grupo. A formação atual dos BRICS é: Brasil, Rússia, Índia, China e South Africa (África do Sul) (AGUIAR, 2014).

Para a formação desse grupo foi levado em consideração algumas características que eles possuem em comum, segundo Costa (2011) são:

- Abundância de recursos naturais
- Poder demográfico e abundância de mão-de-obra com relativa qualificação profissional
- Melhoria dos níveis educacional da população juvenil
- Abertura das economias ao capital estrangeiro
- Grandes reservas monetárias e superávits em suas balanças comerciais
- Altas taxas de crescimento econômico

Segundo Visentini (2018),

“A força dos países membros dos BRICS provém de elemento potencial que cada país possui da impulsionar os demais. Em um sistema internacional onde existem constantes crises regionais, esse elemento propulsor possibilita que países, em momentos de crise, possam ser propulsionados por outros países na instituição BRICS, onde ela acaba sendo propulsada por diferentes iniciativas.”

Durante as cúpulas, as principais frentes discutidas dos BRICS são, segundo Visentini:

- Coordenação em reuniões e organismos internacionais (reforma de instituições e a coordenação no G20)
- Construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre os membros (com os temas principais agricultura, ciência e tecnologia, cultura, governança, segurança, saúde, turismo, etc.)

O principal objetivo dos países componentes dos BRICS é se beneficiar mutuamente tanto em âmbitos econômicos como diplomáticos e além de se utilizarem o grupo para promover os interesses nacionais de cada um (VISENTINI, 2018).

4 MÉTODOS

4.1 Progresso dos países em relação ao cumprimento das metas

Para medir o progresso dos países em relação ao cumprimento das metas, foi utilizado como base o estudo "*Sustainable Development Report 2022 (SDR 2022): From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond*" (Figura 3; disponível em <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2022/2022-sustainable-development-report.pdf>), desenvolvido em colaboração pela *Cambridge University* e órgãos das Nações Unidas. Este estudo analisa o progresso de todos os 193 países membros da ONU, buscando avaliar o avanço em relação aos ODS até o momento, além de mapear caminhos para o alcance das metas estabelecidas para o ano de 2030.

Figura 3 – Capa da publicação *Sustainable Development Report 2022 (SDR 2022): From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond*, que foi utilizada como base para esse trabalho.

Figura 3 - Sustainable Development Report (SDR)



Fonte: SDR (2022)

A metodologia utilizado pelo *Sustainable Development Report* (SDR) 2022 é uma abordagem visual, representada por meio de painéis e setas que possibilitam identificar o posicionamento de cada país está em relação aos ODS e, ao mesmo tempo, destaca as prioridades a serem consideradas para ações futuras.

Na SDR 2022, o progresso de cada país em relação a cada meta dos ODS é apresentado por uma representação visual conhecida como “método semáforo”. Nesse método, são utilizadas cores distintas – vermelho, laranja, amarelo e verde – para indicar o desempenho do país. Cada cor corresponde a um valor específico, que é definido com base nos valores ideais e valores de referência estabelecidos para cada meta da Agenda 2030, conforme descrito no Apêndice A.

Para medir o progresso de cada país, são coletados dados de fontes confiáveis e reconhecidos internacionalmente. Além do método semáforo, os dados obtidos são analisados e ponderados, resultando desse processo em um índice que classifica os países. Quanto mais próximo de 100, maior é o progresso em direção ao cumprimento das metas da Agenda 2030.

Segundo o estudo SDR 2022:

“O Índice ODS é uma avaliação do desempenho geral de cada país nos 17 ODS, atribuindo o mesmo peso a cada Objetivo. A pontuação significa a posição de um país entre o pior resultado possível (pontuação de 0) e a meta (pontuação de 100), (...) Dois terços dos dados vêm de estatísticas oficiais (normalmente agências de custódia da ONU) e um terço de estatísticas não tradicionais, incluindo centros de pesquisa, universidades e organizações não governamentais”.

4.1.1 Desafios na implementação das metas

Além do método semáforo, o SDR 2022 utiliza um sistema de quatro setas a fim de ilustrar a tendência progresso de cada país em relação a um determinado objetivo. Segundo o estudo SDR 2022:

“(…) para estimar as tendências no nível do indicador, calculamos as taxas de crescimento anual linear (melhorias percentuais anuais) necessárias para atingir a meta até 2030 (de 2015 a 2030), que comparamos com a taxa média de crescimento anual no período mais recente desde a adoção dos ODS em 2015 (por exemplo, 2015–2020)”.

As quatro setas representam diferentes direções de progresso (Figuras 4 e 5), sendo:

- A seta vermelha indica que o progresso do país em relação ao ODS está em decaimento;

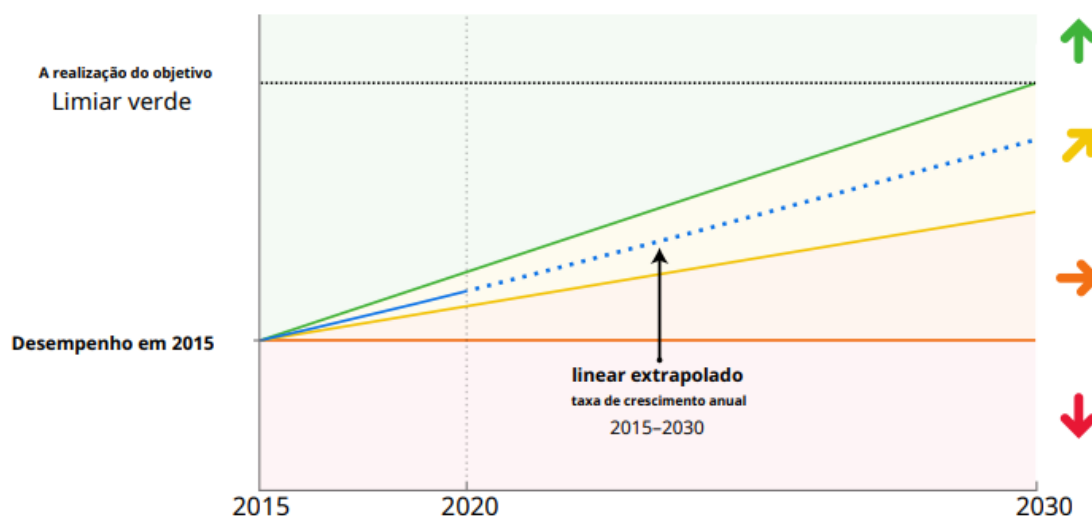
- A seta laranja indica que o progresso do país em relação ao ODS está estagnado ou aumenta a uma taxa menor do que 50% do que a taxa de progresso necessária para atingir o ODS até 2030;
- A seta amarela demonstra que o progresso do país em relação ao ODS está crescendo a uma taxa maior que 50% da taxa de progresso necessária para atingir o ODS até 2030, mas menos do que taxa de progresso necessária;
- A seta verde indica que o progresso do país em relação ao ODS está crescendo a uma taxa que permitirá atingir o objetivo até 2030 ou que o país já alcançou o objetivo e o mantém.
- Embora a ONU forneça uma quantidade grande de informações, alguns países podem não possuir dados disponíveis para todos os ODS. Nesses casos, o SDR 2022 adota a representação de uma bola cinza para indicar essa ausência de informações.

Figura 4 - Sistema de quatro setas adotado pelo SDR 2022 para indicar o progresso dos países em relação aos ODS, sendo vermelha (o círculo indica ausência de dados)



Fonte: SDR (2022) – modificado pelo Autor

Figura 5 - Representação gráfica da metodologia de setas adotado pelo SDR 2022



Fonte: SDR (2022) – modificado pelo Autor

A utilização desse sistema de setas complementa o método semáforo proporcionando uma avaliação mais completa e dinâmica do progresso dos países em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para esse trabalho, foram considerados como desafios para implementação dos ODS quando houve tendência de decaimento ou estagnação.

Adicionalmente, países que estão apresentando progresso positivo em relação a algum ODS, enquanto o Brasil ainda enfrenta desafios nesse avanço, podem servir como fonte de inspiração para adotar mudanças estratégicas visando atingir total ou parcialmente as metas necessárias. Ao examinar essas experiências bem-sucedidas, o Brasil pode adquirir insights valiosos sobre como superar obstáculos específicos e fortalecer suas políticas e programas voltados ao desenvolvimento sustentável.






4.1.2 Comparação do desempenho dos países do BRICS

A comparação do progresso dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em relação às metas e objetivos atingidos (ou não) foi feita por meio de um método que combinou o uso do semáforo e do sistema de setas. Para cada cor atribuída no método semáforo, foi dada uma pontuação de zero (vermelho) a 15 (verde), conforme indicado na Tabela 2. Da mesma forma, para cada seta atribuída no sistema de setas, foi dada uma pontuação de zero (seta vermelha) a 6 (seta verde), conforme indicado na Tabela 2. Aos

países que não possuem informações sobre suas tendências (que receberam a bola cinza no sistema de setas) foi atribuída 4 pontos, que é um valor médio e representaria um progresso intermediário.

Assim, a pontuação final utilizada para comparação entre os países foi a soma da pontuação o método do semáforo e o sistema de setas.

Tabela 2 - Pontuações para o método semáforo e sistema de setas

Método semáforo	Pontuação	Sistema de setas	Pontuação
Vermelho	0	 ou 	0
Laranja	5		3
Amarelo	10		6
Verde	15		9


















Fonte: SDR (2022)


















5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Brasil e os ODS

Na Tabela 3 estão apresentados os resultados para método semáforo, sistema de setas e a pontuação total do ODS para o Brasil.

Tabela 3 - Progresso do Brasil em relação aos ODS

ODS	Representação	Situação ODS/ Tendência	Pontuação	Pontuação total do ODS
1	Erradicação da Pobreza		10	13
			3	
2	Fome zero e Agricultura sustentável		5	8
			3	
3	Saúde e Bem-estar		5	11
			6	
4	Educação de Qualidade		10	19
			9	
5	Igualdade de Gênero		5	11
			6	
6	Água potável e saneamento		10	19
			9	
7	Energia acessível e limpa		15	24
			9	
8	Trabalho decente e Crescimento econômico		0	3
			3	
9	Indústria,		5	11

	Inovação e Infraestrutura		6	
10	Redução das desigualdades		0	0
			0	
11	Cidades e Comunidades		5	11
			6	
12	Consumo e Produção responsáveis		5	8
			3	
13	Ação contra a mudança global do clima		10	19
			9	
14	Vida na água		0	3
			3	
15	Vida terrestre		0	3
			3	
16	Paz, justiça e instituições eficazes		0	6
			6	
17	Parcerias e Meios de implementação		10	13
			3	
PONTUAÇÃO TOTAL			182	

Podemos observar através dos dados da Tabela 3 em qual ponto o Brasil se encontra em relação aos avanços das ODS. Podemos observar que dentre as 17 ODS o país, em relação ao método do semáforo possui: Uma ODS em situação verde (ODS 7), cinco ODS em situação













amarela (ODS 1, 4, 6, 13 e 17), seis ODS em situação laranja (ODS 2, 3, 5, 9, 11 e 12) e cinco ODS em situação vermelha (ODS 8, 10, 14, 15 e 16).











Em relação a sua tendência de melhoria, é usado o método de setas, onde podemos observar que o Brasil possui: Quatro ODS com setas verdes (ODS 4, 6, 7 e 13), cinco ODS com setas amarelas (ODS 3, 5, 9, 11 e 16), sete ODS com setas laranjas (ODS 1, 2, 8, 12, 14, 15 e 17) e uma ODS com seta vermelha (ODS 10). .;


5.2 Rússia e os ODS

Na Tabela 4 estão apresentados os resultados para método semáforo, sistema de setas e a pontuação total do ODS para a Rússia.

Tabela 4 - Progresso da Rússia em relação aos ODS

ODS	Representação	Situação ODS/ Tendência	Pontuação	Pontuação total da ODS
1	Erradicação da Pobreza		15	21
			9	
2	Fome zero e Agricultura sustentável		5	8
			3	
3	Saúde e Bem-estar		5	11
			6	
4	Educação de Qualidade		15	24
			9	
5	Igualdade de Gênero		5	11
			6	
6	Água potável e saneamento		5	11
			6	

7	Energia acessível e limpa		0	6
			6	
8	Trabalho decente e Crescimento econômico		10	16
			6	
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura		5	11
			6	
10	Redução das desigualdades		5	8
			3	
11	Cidades e Comunidades		10	16
			6	
12	Consumo e Produção responsáveis		5	11
			6	
13	Ação contra a mudança global do clima		0	6
			6	
14	Vida na água		0	3
			3	
15	Vida terrestre		0	6
			6	
16	Paz, justiça e instituições eficazes		0	6
			6	
17	Parcerias e Meios		10	19

	de implementação		9	
PONTUAÇÃO TOTAL		197		








Podemos observar através dos dados da Tabela 4 em qual ponto a Rússia se encontra em relação aos avanços das ODS. Podemos observar que dentre as 17 ODS o país, em relação ao método do semáforo possui: Duas ODS em situação verde (ODS 1 e 4), três ODS em situação amarela (ODS 8, 11 e 17), sete ODS em situação laranja (ODS 2, 3, 5, 6, 9, 10 e 12) e cinco ODS em situação vermelha (ODS 7, 13, 14, 15 e 16).























Em relação a sua tendência de melhoria, é usado o método de setas, onde podemos observar que a Rússia possui: Três ODS com setas verdes (ODS 1, 4 e 17), onze ODS com setas amarela (ODS 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16), três ODS com setas laranjas (ODS 2, 10 e 14) e nenhuma ODS com seta vermelha.




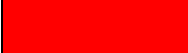

5.3 Índia e os ODS

Na Tabela 5 estão apresentados os resultados para método semáforo, sistema de setas e a pontuação total do ODS para a Índia.

Tabela 5 - Progresso da Índia em relação aos ODS

ODS	Representação	Situação ODS/ Tendência	Pontuação	Pontuação total da ODS
1	Erradicação da Pobreza		5	11
			6	
2	Fome zero e Agricultura sustentável		0	3
			3	
3	Saúde e Bem-estar		0	6
			6	
4	Educação de		10	13

	Qualidade		3	
5	Igualdade de Gênero		0	3
			3	
6	Água potável e saneamento		0	6
			6	
7	Energia acessível e limpa		5	11
			6	
8	Trabalho decente e Crescimento econômico		0	6
			6	
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura		0	6
			6	
10	Redução das desigualdades		5	5
			0	
11	Cidades e Comunidades		0	0
			0	
12	Consumo e Produção responsáveis		15	24
			9	
13	Ação contra a mudança global do clima		15	24
			9	
14	Vida na água		0	3
			3	
15	Vida terrestre		0	3

			3	
16	Paz, justiça e instituições eficazes		0	3
			3	
17	Parcerias e Meios de implementação		0	3
			3	
PONTUAÇÃO TOTAL	130			






Podemos observar através dos dados da Tabela 5 em qual ponto a Índia se encontra em relação aos avanços das ODS. Podemos observar que dentre as 17 ODS o país, em relação ao método do semáforo possui: Duas ODS em situação verde (ODS 12 e 13), uma ODS em situação amarela (ODS 4), três ODS em situação laranja (ODS 1, 7 e 10) e onze ODS em situação vermelha (ODS 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 14, 15, 16 e 17).






















Em relação a sua tendência de melhoria, é usado o método de setas, onde podemos observar que a Índia possui: Duas ODS com setas verdes (ODS 12 e 13), seis ODS com setas amarela (ODS 1, 3, 6, 7, 8 e 9), sete ODS com setas laranjas (ODS 2, 4, 5, 14, 15, 16 e 17) e duas ODS com setas vermelha (ODS 10 e 11).





5.4 China e os ODS

Na Tabela 6 estão apresentados os resultados para método semáforo, sistema de setas e a pontuação total do ODS para a China.

Tabela 6 - Progresso da China em relação aos ODS

ODS	Representação	Situação ODS/ Tendência	Pontuação	Pontuação total da ODS
1	Erradicação da Pobreza		15	24
			9	
2	Fome zero e Agricultura sustentável		10	16
			6	
3	Saúde e Bem-estar		5	11

			6	
4	Educação de Qualidade		15	15
			0	
5	Igualdade de Gênero		5	11
			6	
6	Água potável e saneamento		5	14
			9	
7	Energia acessível e limpa		5	11
			6	
8	Trabalho decente e Crescimento econômico		5	11
			6	
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura		10	19
			9	
10	Redução das desigualdades		5	5
			0	
11	Cidades e Comunidades		5	11
			6	
12	Consumo e Produção responsáveis		10	19
			9	
13	Ação contra a mudança global do clima		10	16
			6	

14	Vida na água		0	3
			3	
15	Vida terrestre		0	3
			3	
16	Paz, justiça e instituições eficazes		5	11
			6	
17	Parcerias e Meios de implementação		5	8
			3	
PONTUAÇÃO TOTAL			208	

Podemos observar através dos dados da Tabela 6 em qual ponto a China se encontra em relação aos avanços das ODS. Podemos observar que dentre as 17 ODS o país, em relação ao método do semáforo possui: Duas ODS em situação verde (ODS 1 e 4), quatro ODS em situação amarela (ODS 2, 9, 12 e 13), nove ODS em situação laranja (ODS 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 16 e 17) e duas ODS em situação vermelha (ODS 14 e 15).























Em relação a sua tendência de melhoria, é usado o método de setas, onde podemos observar que a China possui: Quatro ODS com setas verdes (ODS 1, 6, 9 e 12), oito ODS com setas amarela (ODS 2, 3, 5, 7, 8, 11, 13 e 16), três ODS com setas laranjas (ODS 14, 15 e 17) e duas ODS com setas vermelha (ODS 4 e 10).












5.5 África do Sul e os ODS

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados para método semáforo, sistema de setas e a pontuação total do ODS para a África do Sul.

Tabela 7 - Progresso da África do Sul em relação aos ODS

ODS	Representação	Situação ODS/ Tendência	Pontuação	Pontuação total da ODS
1	Erradicação da		0	0

	Pobreza		0	
2	Fome zero e Agricultura sustentável		0	3
			3	
3	Saúde e Bem-estar		0	6
			6	
4	Educação de Qualidade		5	8
			3	
5	Igualdade de Gênero		10	19
			9	
6	Água potável e saneamento		5	11
			6	
7	Energia acessível e limpa		0	3
			3	
8	Trabalho decente e Crescimento econômico		0	3
			3	
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura		5	11
			6	
10	Redução das desigualdades		0	0
			0	
11	Cidades e Comunidades		5	11
			6	
12	Consumo e		10	19

	Produção responsáveis		9	
13	Ação contra a mudança global do clima		5	11
			6	
14	Vida na água		0	3
			3	
15	Vida terrestre		0	3
			3	
16	Paz, justiça e instituições eficazes		0	3
			3	
17	Parcerias e Meios de implementação		10	16
			6	
PONTUAÇÃO TOTAL	130			

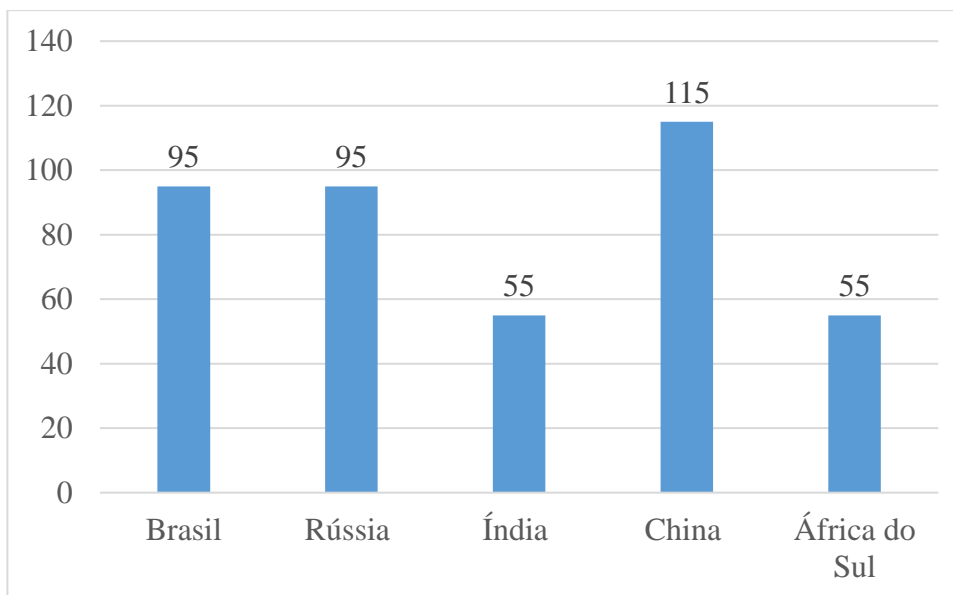
Podemos observar através dos dados da Tabela 7 em qual ponto a África do Sul se encontra em relação aos avanços das ODS. Podemos observar que dentre as 17 ODS o país, em relação ao método do semáforo possui: Nenhuma ODS em situação verde, três ODS em situação amarela (ODS 5, 12 e 17), cinco ODS em situação laranja (ODS 4, 6, 9 e 11) e nove ODS em situação vermelha (ODS 1, 2, 3, 7, 8, 10, 14, 15 e 16).

Em relação a sua tendência de melhoria, é usado o método de setas, onde podemos observar que a África do Sul possui: Duas ODS com setas verdes (ODS 5 e 12), seis ODS com setas amarela (ODS 3, 6, 9, 11, 13, 17), sete ODS com setas laranjas (ODS 2, 4, 7, 8, 14, 15 e 16) e duas ODS com setas vermelha (ODS 1 e 10).

5.6 Comparação entre os países do BRICS

5.6.1 Somatório de pontos dos ODS

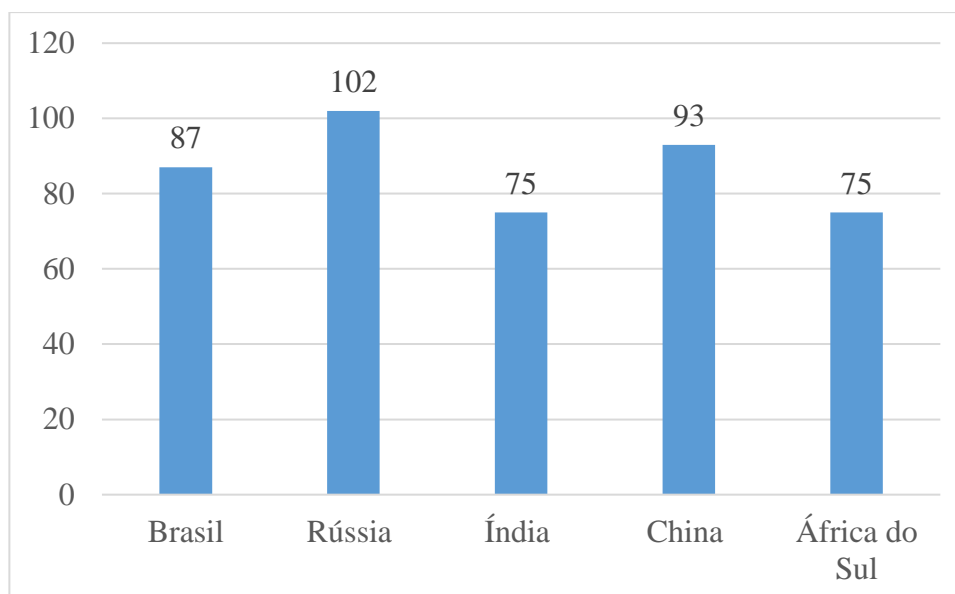
Em relação à pontuação dos ODS (pontuação do método semáforo), a China lidera o ranking com 115 pontos, seguida pelo Brasil e Rússia com 95 pontos. Logo após, a Índia e a África do Sul compartilham a posição de menor pontuação, com 55 pontos (Figura 6).

Figura 6 - Pontuação dos países dos BRICS em relação aos ODS

5.6.2 Somatório de pontos das tendências de melhorias

Em relação a tendência de melhoria, a Rússia se destaca com a pontuação mais alta, seguida por China, Brasil, Índia e África do Sul, sendo cada um com 102, 93, 87, 75 e 75 pontos, respectivamente (Figura 7).

Embora o Brasil na classificação não seja a mais elevada, é essencial destacar sua disposição para mudança, que se configura como um ponto relevante a ser considerado.

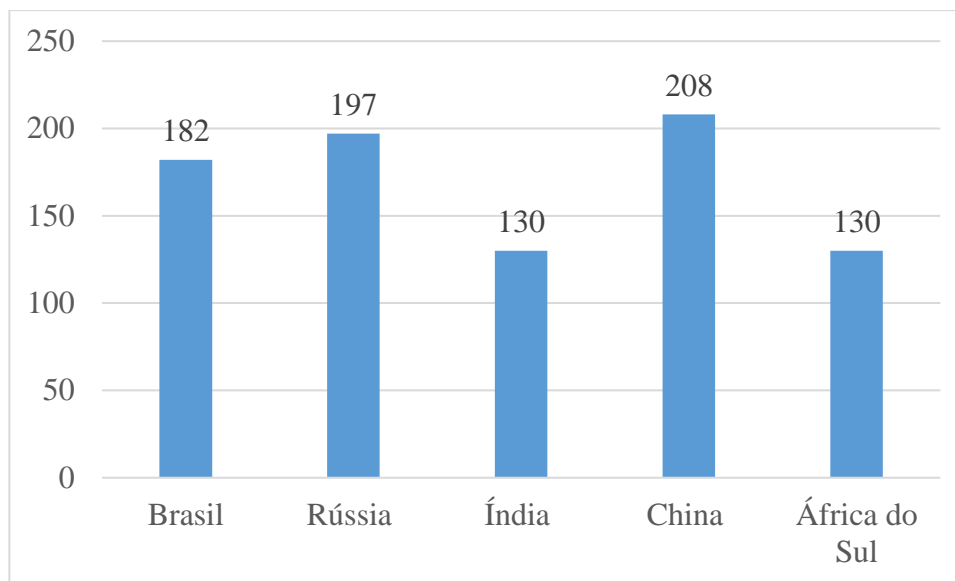
Figura 7 - Pontuação dos países dos BRICS em relação às tendências de melhorias

5.6.3 Somatórios de pontos dos ODS e da tendência de melhoria

Em relação a pontuação total, em primeiro lugar está a China, com 208 pontos, seguido pela Rússia, com 197 pontos. Em terceiro lugar está o Brasil, com 182 pontos e, por fim, Índia e África do Sul compartilham a última posição, ambos com 130 pontos (Figura 8).

É possível observar que a pontuação total é formada por uma proporção bastante equilibrada entre os pontos dos ODS e da tendência de melhoria (sendo aproximadamente 50% de cada). Nessa análise, a China se destaca por 55,29% da sua pontuação total ter sido atribuída devido a pontuação dos ODS (e 44,71% devido a tendência de melhoria) e a África do Sul se destaca por 57,69% da sua pontuação total ter sido atribuída devido a tendência de melhoria (e 42,31% devido a pontos dos ODS).

E todas as comparações feitas nesse trabalho, o Brasil ocupou a terceira posição em relação aos demais países dos BRICS. Essa análise revela que, apesar do Brasil apresentar avanços consideráveis em relação aos ODS, ainda há espaço para aprimoramentos, especialmente quando comparado com a liderança evidente da China e a posição intermediária da Rússia. É válido destacar que tanto a Índia quanto a África do Sul também enfrentam desafios na busca pelo desenvolvimento sustentável, o que ressalta a complexidade da implementação das metas da Agenda 2030 em diferentes contextos nacionais.

Figura 8 - Pontuação total dos países dos BRICS em relação ao progresso das ODS

5.7 Desafios e melhorias esperadas para o Brasil em relação aos BRICS

- De acordo com o SDR 2022, o Brasil possui apenas uma ODS concluída ou na fase ideal. Então, cada ODS será analisada separadamente a fim de indicar quais os desafios e melhorias o Brasil precisa enfrentar e quais experiências deve-se aproveitar de outros países do BRICS.

- *ODS1 – Erradicação da pobreza:* O Brasil é classificado como amarelo no método do semáforo e estagnado em relação ao sistema de seta. A sugestão é que o Brasil foque em estratégias usadas pelas China e Rússia, países onde a situação do ODS 1 está como concluída. A Índia também pode ser uma fonte interessante de experiências já que, embora esteja na faixa amarela, tem apresentado uma melhoria moderada nesse indicador. O foco brasileiro deve ser em criação de programas que combatam a pobreza de forma ampla, com geração de empregos em alta escala.

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: O Brasil é classificado como laranja no método do semáforo e estagnado em relação ao sistema de seta. Nenhum dos países do BRICS conseguiu alcançar os valores ideais para a ODS2 ou possui tendência de progresso positiva. O Brasil pode se inspirar nas práticas

da China, que estão classificados como amarelo e estão apresentando uma moderada melhora. O acesso a alimentação e diminuição de tributos da mesma seria a melhor opção para o plano fome zero, já em relação a agricultura sustentável o governo deve focar na fiscalização da agricultura e dos agricultores.

- *ODS 3 – Saúde e bem-estar:* Em relação a essa ODS, o ideal seria o Brasil se espelhar em países fora dos BRICS, já que a todos estão longe de alcançar os valores ideais e todos apresentam uma tendência de progresso moderado. Nesse caso o ideal é investimentos no setor da saúde ampliando ainda mais o Sistema Único de Saúde, além de sempre estar promovendo a utilização de vacinas e medicamentos de forma acessível à população.
- *ODS 4 – Educação de qualidade:* O Brasil é classificado como amarelo no método semáforo e progredindo a uma taxa que permitirá alcançar o objetivo até 2030. No entanto, melhorias ainda podem ser feitas. A China e a Rússia estão classificadas como verde, ou seja, estão com valores ótimos para esse ODS. Então, buscar inspiração nesses dois países poderia ser uma opção interessante para o Brasil. O governo brasileiro deve garantir a todas as pessoas acesso a educação e para isso além de ampliar escolas, deve-se também aumentar a competência dos profissionais de ensino.
 - *ODS 5 – Igualdade de Gênero:* Como no ODS 3 o ideal seria o Brasil se espelhar em países fora dos BRICS, já que a todos estão longe de alcançar os valores ideais e praticamente todos apresentam uma tendência de progresso moderado. A África do Sul é o único país dos BRICS que poderiam inspirar o Brasil, já que esse país está classificado como amarelo e com tendência de progresso positiva. Nesse caso deve-se sempre promover a participação da mulher em todas as áreas, além de igualdades salariais.
 - *ODS 6 – Água potável e saneamento:* O Brasil tem a melhor classificação entre os países do BRICS para a ODS6, estando classificado como amarelo pelo método do semáforo e tendência de melhoria muito positiva. O único outro país, além do Brasil, que está com tendência de melhoria que possibilitará atingir a meta até 2030 é a China. O governo deve garantir o saneamento básico em todos os lares brasileiros e promover o cuidado com os recursos hídricos vindos de toda a população.

- *ODS 7 – Energia acessível e limpa:* Essa é o único ODS que o Brasil está em situação ideal. O foco deve ser em manter o que já está sendo realizado e investir cada vez mais em energias renováveis, como a solar e a eólica.
- *ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico:* Em relação a este objetivo, o Brasil se situa na pior categoria. No entanto, em relação aos demais países do BRICS, podemos dizer que o Brasil não se encontra em tanta desvantagem, tendo em vista que os demais, com exceção da Rússia que apresenta indicador laranja, também não apresentam bons índices. Fica evidente a partir dos índices apresentados que são muitos os desafios em relação a este objetivo. Sugere-se buscar inspiração em países que não integram o BRICS e possuem bons cenários em relação ao fomento e incentivo ao trabalho decente e crescimento econômico.
- *ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura:* No tocante a esta ODS o indicativo do Brasil se encontra sinalizado como laranja. No entanto, apesar dos bons indicativos apresentados por nosso país, é necessário observar que outros integrantes do BRICS, como a China, apresenta indicativo melhor, sinalizado como amarelo, acompanhado de previsões de cumprimento da ODS em questão em um futuro próximo. Neste contexto, tendo em vista os avanços apresentados por este país considera-se que o Brasil deve se espelhar nas ações Chinesas em relação à Indústria, Inovação e Infraestrutura.
- *ODS 10 – Redução das desigualdades:* Nessa ODS o Brasil se apresenta na pior posição. Enquanto a Rússia, Índia e China, são sinalizadas como laranja, ou seja, apresentam indicativos melhores. Neste contexto, é importante observar que apesar de apresentar indicativos melhores, estes países se encontram estagnados em relação a esta ODS. Sendo assim, acredita-se que devemos nos espelhar nas melhorias apresentadas pelos demais países do BRICS em relação à redução de desigualdades socioeconômicas, buscando sempre superá-las, tendo em vista a atual estagnação dos mesmos.
- *ODS 11 – Cidades e comunidades:* O índice de avanço apresentado pelo Brasil no tocante a este objetivo é sinalizado pela cor laranja, sendo assim, podemos identificar que o país apresenta melhoria moderada em relação a esta ODS.

Principalmente se comparado à Rússia, que apresenta como indicativo a cor amarela. Neste sentido, o Brasil deve pautar suas ações nas tomadas de decisão da Rússia em relação a este objetivo. Tendo sempre em tela a necessidade fomentar atividades considerando os aspectos individuais de nosso país, buscando sempre incentivar a proteção do patrimônio em sua totalidade, além de focar sempre em uma gestão de cidades eficiente.

- *ODS 12 – Consumo e Produtos responsáveis:* A Índia em relação a ODS, apresentou total cumprimento do objetivo, alcançando a referida meta. O Brasil, por sua vez, apresenta indicativo laranja, com avanços considerados estagnados. Tendo isso em tela, sugere-se o estudo das soluções das metas aplicadas na Índia de forma localizada.

Por fim, acredita-se que o papel principal do governo nessa ODS é informar e incentivar o uso e o consumo responsável e sustentável tanto da população quanto da indústria como um todo,

- *ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima:* Embora a sinalização do Brasil seja amarela, existe a prospecção de cumprimento total da referida ODS, o que é de fato um ótimo avanço. A Índia, por sua vez, já alcançou esta ODS. O governo brasileiro, deve nesse caso, traçar metas para que haja um fortalecimento de políticas climáticas em relação principalmente grandes indústrias.
- *ODS14 – Vida na água:* Todos os países que integram os BRICS, encontram-se em uma situação crítica em relação a este objetivo, tendo em vista que todos apresentam o indicativo vermelho. O ideal, em relação à esta ODS, seria a busca por melhorias a partir da ação de países que apresentam evoluções relacionadas a esta ODS, tendo ainda o foco na pesca legal e na fiscalização pesqueira, criando leis, e efetivando-as para a melhor controle e combate.
- *ODS 15 – Vida terrestre:* Assim como na ODS citada anteriormente, a atuação evolução dos BRICS em relação a ODS que trata sobre a vida terrestre deixa um pouco a desejar. Todos os países integrantes se encontram no indicativo vermelho. Neste sentido, também em relação a este objetivo o ideal também seria a busca de soluções a partir de outros países, efetivando-as sempre de forma localizada, ou seja, considerando as especificidades e particularidades de cada membro dos BRICS individualmente.

Neste contexto, ainda é importante mencionar que o ideal seria o aumento dos recursos de fiscalização para evitar que haja dano a conservação dos ecossistemas.

- ODS 16 – *Paz, justiça e instituições eficazes*: Já em relação a esta ODS apenas a China alcançou o indicativo laranja. O restante dos países que integram os BRICS, incluindo o Brasil, encontram-se no indicativo vermelho. Tendo isto em tela, o ideal assim como em relação às ODS supracitadas seria a busca de soluções a partir da ação de outros países efetivando-as sempre de forma localizada.
- ODS 17 – *Parcerias e meios de implementação*: Em relação a esta ODS, tanto o Brasil, quanto a Rússia alcançaram o indicativo amarelo. Neste âmbito é importante observar que a Rússia se encontra em direção ao cumprimento total da referida ODS, enquanto o Brasil permanece estagnado. Sendo assim, o Brasil deve observar as ações e metas desenvolvidas pela Rússia, procurando também manter a evolução. Acredita-se, por fim, que o Brasil deve fomentar parcerias e meio de implementação em busca a impulsionamento da tecnologia e informação no país.

6 CONCLUSÃO

A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até o ano de 2030. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) interconectados, que abrangem uma ampla gama de questões sociais, econômicas e ambientais.

Para alcançar os objetivos da Agenda 2030, são necessárias parcerias globais e recursos adequados. Isso envolve a mobilização de financiamento, transferência de tecnologia, capacitação e cooperação entre países, bem como a participação ativa da sociedade civil e do setor privado.

A implementação da Agenda 2030 requer ação em níveis local, nacional e global, com políticas e estratégias específicas adaptadas a cada contexto. É importante também acompanhar os progressos realizados, monitorar os indicadores e realizar revisões regulares para garantir que as metas estejam sendo alcançadas e ajustar as abordagens quando necessário.

No estudo em questão é possível observar a comparação entre o Brasil e os diversos outros países dos BRICS, como a Rússia, Índia, China e África do Sul. Essa comparação é feita em forma de cores e em tabelas de pontos. Após esse estudo podemos observar que em todas as características discutida o Brasil está em terceiro lugar ficando atrás sempre da China e Rússia.

Com isso podemos concluir que a comparação entre o Brasil e os países dos BRICS em relação à Agenda 2030 destaca a necessidade de uma abordagem holística e integrada para o desenvolvimento sustentável. Ao trabalhar juntos, esses países podem desempenhar um papel significativo na transformação social, econômica e ambiental, contribuindo para um futuro mais equitativo e próspero para todos. Apesar das diferenças, a comparação entre o Brasil e os países dos BRICS em relação à Agenda 2030 também apresenta oportunidades de cooperação e aprendizado mútuo. Os países podem compartilhar experiências, melhores práticas e lições aprendidas na busca pelo desenvolvimento sustentável. A troca de conhecimentos e a colaboração em áreas como energia renovável, inovação tecnológica e inclusão social podem acelerar o progresso em direção aos objetivos da Agenda 2030.

Em última análise, a comparação entre a Agenda 2030 e os BRICS nos leva a refletir sobre os desafios comuns e as oportunidades de colaboração para construir um futuro mais inclusivo, justo e sustentável para todos. Essa análise conjunta pode impulsionar ações transformadoras e inspirar outras regiões e países a se engajarem na busca por um desenvolvimento sustentável global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIR, Laís Bretones de. A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI. 2014. 30 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—**Universidade de Brasília**, Brasília, 2014.

ASSEMBLY, General. Resolution adopted by the General Assembly on 11 September 2015. New York: United Nations, 2015.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável: Das origens à Agenda 2030**. Editora Vozes. São Paulo, 2020

BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

BONZI, Ramón Stock. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 28, 2013.

CARDOSO, Andreza Soares; SANTOS JR, Roberto Araujo Oliveira. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 1, p. 50-55, 2019.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1991

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. O papel dos BRICS na economia mundial. **Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas**, p. 57-65, 2009.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois. **Revista Continentes** (UFRRJ). ano 1, n. 1. 2012

DE PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.

GADOTTI, Moacir **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável** / Moacir Gadotti. — São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. — (Série Unifreire; 2)

IPEA. **Conheça os BRICS**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

IUCN, *International Union for Conservation of Nature*. **World Conservation Strategy**. Gland, Suíça. 1980

LE BLANC, D., Bastos, L., Desai, M., Galichon, I., & Jones, R. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. **United Nations Department of Economic and Social Affairs**. 2015

MARTINEZ, Marina. **Dia Mundial da Água**. Infoescola: navegando e aprendendo. Publicação: 14jan. 2010. Disponível em < <https://www.infoescola.com/datas-comemorativas/dia-mundial-da-agua/>> Acesso: 15 de agosto 2023.

Nações Unidas Brasil. **Começa a Década da ONU da Restauração de Ecossistemas**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/130341-come%C3%A7a-d%C3%A9cada-da-onu-da-restaura%C3%A7%C3%A3o-de-ecossistemas>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92). 2011. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, **UNICAMP**, Campinas.

OLIVETO, Fernanda Aléssio. O Ibict na Agenda 2030: o conhecimento como forma de inclusão. **Inclusão Social**, v. 13, n. 1, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (2015). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Recuperado em 19 de julho de 2023, de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: jun.2022

REI, Fernando Cardozo Fernandes; GONÇALVES, Alcindo Fernandes; DE SOUZA, Luciano Pereira. Acordo de Paris: reflexões e desafios para o regime internacional de mudanças climáticas. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 29, p. 81-99, 2017.

SACHS, J. D. *From millennium development goals to sustainable development goals. The Lancet*, 379(9832), 2206-2211, 2012.

Sachs, J., Lafortune, G., Kroll, C., Fuller, G., Woelm, F. *From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond. Sustainable Development Report 2022*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SARTORI, Maria Aparecida; TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira; PINATO, Tassiane Boreli. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: práticas para o alcance da Agenda 2030**. Metodista. São Paulo, 2020

SILVA, Darly Henriques da. Protocolos de Montreal e Kyoto: pontos em comum e diferenças fundamentais. **Revista brasileira de política internacional**, v. 52, p. 155-172, 2009..

*UICN, WWF-BRASIL e IPÊ. **Metas de Aichi: Situação atual no Brasil**. Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasi e IPÊ, 2011.*

VIEIRA, Ricardo Stanziola. Rio+ 20—conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 17, n. 1, p. 48-69, 2012.

VISENTINI, Paulo et al. **BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Editora Vozes Limitada, 2013.

ZORZO, Felipe Bernardi et al. Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: Uma Análise dos Indicadores Brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, n. 2, p. 160-182, 2022.

APENDICE A

ODS	Indicador	Valor Ideal	Verde	Amarelo	Laranja	Vermelho	Limite Inferior	Justificativa valor ideal
1	Taxa de incidência de pobreza em US\$ 1,90/dia (%)	0	≤ 2	$2 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 13$	> 13	72,6	Meta ODS
1	Taxa de incidência de pobreza em US\$ 3,20/dia (%)	0	≤ 2	$2 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 13$	> 13	51,5	Meta ODS
1	Taxa de pobreza após impostos e transferências (%)	6.1	≤ 10	$10 < x \leq 12,5$	$12,5 < x \leq 15$	> 15	17.7	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
2	Prevalência de desnutrição (%)	0	$\leq 7,5$	$7,5 < x \leq 11,25$	$11,25 < x \leq 15$	> 15	42.3	Meta ODS
2	Prevalência de baixa estatura em crianças menores de 5 anos (%)	0	$\leq 7,5$	$7,5 < x \leq 11,25$	$11,25 < x \leq 15$	> 15	50.2	Meta ODS

2	Prevalência de magreza em crianças menores de 5 anos (%)	0	≤ 5	$5 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 10$	> 10	16.3	Meta ODS
2	Prevalência de obesidade, IMC ≥ 30 (% da população adulta)	2.8	≤ 10	$10 < x \leq 17,5$	$17,5 < x \leq 25$	> 25	35.1	Média dos 5 melhores desempenhos
2	Nível trófico humano (melhor 2-3 pior)	2.04	$\leq 2,2$	$2,2 < x \leq 2,3$	$2,3 < x \leq 2,4$	$> 2,4$	2.47	Média dos 5 melhores desempenhos
2	Rendimento de cereais (toneladas por hectare de terra colhida)	7	$\geq 2,5$	$2,5 > x \geq 2$	$2 > x \geq 1,5$	$< 1,5$	0,2	
2	Índice de Gestão de Nitrogênio Sustentável (melhor 0-1,41 pior)	0	$\leq 0,3$	$0,3 < x \leq 0,5$	$0,5 < x \leq 0,7$	$> 0,7$	1.2	Ótimo técnico
2	Fechamento da lacuna de rendimento (% do rendimento potencial)	77	≥ 75	$75 > x \geq 62,5$	$62,5 > x \geq 50$	< 50	28	Média dos 5 melhores desempenhos

2	Exportações de pesticidas perigosos (toneladas por milhão de habitantes)	0	≤ 1	$1 < x \leq 25,5$	$25,5 < x \leq 50$	> 50	250	Ótimo técnico
3	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos)	3.4	≤ 70	$70 < x \leq 105$	$105 < x \leq 140$	> 140	814	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos)	1.1	≤ 12	$12 < x \leq 15$	$15 < x \leq 18$	> 18	39,7	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos)	2.6	≤ 25	$25 < x \leq 37,5$	$37,5 < x \leq 50$	> 50	130.1	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Incidência de tuberculose (por 100.000 habitantes)	0	≤ 10	$10 < x \leq 42,5$	$42,5 < x \leq 75$	> 75	561	Meta ODS
3	Novas infecções por HIV (por 1.000 população não infectada)	0	$\leq 0,2$	$0,2 < x \leq 0,6$	$0,6 < x \leq 1$	> 1	5.5	Meta ODS
3	Taxa de mortalidade padronizada por idade	0	≤ 15	$15 < x \leq 20$	$20 < x \leq 25$	> 25	31	Média dos 5 melhores

	devido a doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas em adultos de 30 a 70 anos (%)							desempenhos
3	Taxa de mortalidade padronizada por idade atribuível à poluição do ar doméstico e à poluição do ar ambiente (por 100.000 habitantes)	0	≤ 18	$18 < x \leq 84$	$84 < x \leq 150$	> 150	368,8	Meta ODS
3	Mortes no trânsito (por 100.000 habitantes)	3.2	$\leq 8,4$	$8,4 < x \leq 12,6$	$12,6 < x \leq 16,8$	$> 16,8$	33,7	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Expectativa de vida ao nascer (anos)	83	≥ 80	$80 > x \geq 75$	$75 > x \geq 70$	< 70	54	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Taxa de fertilidade na adolescência	2.5	≤ 25	$25 < x \leq 37,5$	$37,5 < x \leq 50$	> 50	139,6	Média dos 5 melhores

	(nascimentos por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos)							desempenhos
3	Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%)	100	≥ 98	$98 > x \geq 94$	$94 > x \geq 90$	< 90	23.1	Não deixe ninguém para trás
3	Bebês sobreviventes que receberam 2 vacinas recomendadas pela OMS (%)	100	≥ 90	$90 > x \geq 85$	$85 > x \geq 80$	< 80	41	Não deixe ninguém para trás
3	Índice de cobertura universal de saúde (CUS) de cobertura de serviço (pior 0–100 melhor)	100	≥ 80	$80 > x \geq 70$	$70 > x \geq 60$	< 60	38.2	Não deixe ninguém para trás
3	Bem-estar subjetivo (pontuação média da escada, pior 0-10 melhor)	7.6	≥ 6	$6 > x \geq 5,5$	$5,5 > x \geq 5$	< 5	3.3	Média dos 5 melhores desempenhos
3	Diferença na expectativa de vida ao nascer entre as regiões (anos)	0	≤ 3	$3 < x \leq 5$	$5 < x \leq 7$	> 7	11	Não deixe ninguém para trás

3	Lacuna no estado de saúde autorrelatado por renda (pontos percentuais)	0	≤ 20	$20 < x \leq 30$	$30 < x \leq 40$	> 40	45	Não deixe ninguém para trás
3	Fumantes diários (% da população com 15 anos ou mais)	10.1	≤ 18	$18 < x \leq 25$	$25 < x \leq 32$	> 32	35	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
4	Taxa de participação na aprendizagem organizada pré-escolar (% de crianças dos 4 aos 6 anos)	100	≥ 90	$90 > x \geq 80$	$80 > x \geq 70$	< 70	35	Meta ODS
4	Taxa líquida de matrícula primária (%)	100	≥ 97	$97 > x \geq 88,5$	$88,5 > x \geq 80$	< 80	53,8	Meta ODS
4	Taxa de conclusão secundária inferior (%)	100	≥ 90	$90 > x \geq 82,5$	$82,5 > x \geq 75$	< 75	18	Meta ODS
4	Taxa de alfabetização (% da população de 15 a 24 anos)	100	≥ 95	$95 > x \geq 90$	$90 > x \geq 85$	< 85	45.2	Não deixe ninguém para trás
4	Conclusão do ensino superior (% da população)	52.2	≥ 40	$40 > x \geq 25$	$25 > x \geq 10$	< 10	0	Média dos 3 melhores

	de 25 a 34 anos)							desempenhos da OCDE
4	Pontuação PISA (pior 0-600 melhor)	525,6	≥ 493	$493 > x \geq 446,5$	$446,5 > x \geq 400$	< 400	350	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
4	Variação no desempenho em ciências explicada pelo status socioeconômico (%)	8.3	$\leq 10,5$	$10,5 < x \leq 15,25$	$15,25 < x \leq 20$	> 20	21.4	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
4	Fracassados em ciências (% de jovens de 15 anos)	10	≤ 15	$15 < x \leq 22,5$	$22,5 < x \leq 30$	> 30	48	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
5	Demanda de planejamento familiar atendida por métodos modernos (% de meninas e mulheres de 15 a 49 anos)	100	≥ 80	$80 > x \geq 70$	$70 > x \geq 60$	< 60	17.5	Não deixe ninguém para trás

5	Proporção de anos médios de educação recebidos de mulheres para homens (%)	100	≥ 98	$98 > x \geq 86,5$	$86,5 > x \geq 75$	< 75	41,8	Meta ODS
5	Proporção da taxa de participação da força de trabalho feminina para masculina (%)	100	≥ 70	$70 > x \geq 60$	$60 > x \geq 50$	< 50	21.5	Meta ODS
5	Lugares ocupados por mulheres no parlamento nacional (%)	50	≥ 40	$40 > x \geq 30$	$30 > x \geq 20$	< 20	1.2	Meta ODS
5	Diferença salarial entre gêneros (% do salário médio masculino)	0	≤ 8	$8 < x \leq 14$	$14 < x \leq 20$	> 20	36,7	Ótimo técnico
6	População que usa pelo menos serviços básicos de água potável (%)	100	≥ 98	$98 > x \geq 89$	$89 > x \geq 80$	< 80	40	Não deixe ninguém para trás
6	População que utiliza pelo menos serviços de saneamento básico (%)	100	≥ 95	$95 > x \geq 85$	$85 > x \geq 75$	< 75	9.7	Não deixe ninguém para trás

6	Retirada de água doce (% dos recursos de água doce disponíveis)	12.5	≤ 25	$25 < x \leq 50$	$50 < x \leq 75$	> 75	100	Ótimo técnico
6	Efluentes antropogênicos que recebem tratamento (%)	100	≥ 50	$50 > x \geq 32,5$	$32,5 > x \geq 15$	< 15	0	Ótimo técnico
6	Consumo escasso de água incorporado nas importações (m ³ H ₂ O equivalente/capita)	100	≤ 1000	$1000 < x \leq 2500$	$2500 < x \leq 4000$	> 4000	11000	Média dos 5 melhores desempenhos
6	População que usa serviços de água geridos com segurança (%)	100	≥ 95	$95 > x \geq 87,5$	$87,5 > x \geq 80$	< 80	10.5	Não deixe ninguém para trás
6	População que usa serviços de saneamento gerenciados com segurança (%)	100	≥ 90	$90 > x \geq 77,5$	$77,5 > x \geq 65$	< 65	14.1	Não deixe ninguém para trás
7	População com acesso à eletricidade (%)	100	≥ 98	$98 > x \geq 89$	$89 > x \geq 80$	< 80	9.1	Não deixe ninguém para trás

7	População com acesso a combustíveis limpos e tecnologia para cozinhar (%)	100	≥ 85	$85 > x \geq 67,5$	$67,5 > x \geq 50$	< 50	2	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
7	Emissões de CO ₂ da combustão de combustível por produção total de eletricidade (MtCO ₂ /TWh)	0	≤ 1	$1 < x \leq 1,25$	$1,25 < x \leq 1,5$	$> 1,5$	5.9	Ótimo técnico
7	Participação de energia renovável no fornecimento total de energia primária (%)	51	≥ 20	$20 > x \geq 15$	$15 > x \geq 10$	< 10	3	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
8	Crescimento ajustado do PIB (%)	5	≥ 0	$0 > x \geq -1,5$	$-1,5 > x \geq -3$	< -3	-14,7	Média dos 5 melhores desempenhos
8	Vítimas da escravidão moderna (por 1.000 habitantes)	0	≤ 4	$4 < x \leq 7$	$7 < x \leq 10$	> 10	22	Não deixe ninguém para trás
8	Adultos com conta em um banco ou outra instituição	100	≥ 80	$80 > x \geq 65$	$65 > x \geq 50$	< 50	8	Ótimo técnico

	financeira ou com um provedor de serviços de dinheiro móvel (% da população com 15 anos ou mais)							
8	Taxa de desemprego (% da força de trabalho total, com mais de 15 anos)	0,5	≤ 5	$5 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 10$	> 10	25.9	Média dos 5 melhores desempenhos
8	Os direitos trabalhistas fundamentais são efetivamente garantidos (pior 0–1 melhor)	0,85	$\geq 0,7$	$0,7 > x \geq 0,6$	$0,6 > x \geq 0,5$	$< 0,5$	0,3	Média dos 5 melhores desempenhos
8	Acidentes de trabalho fatais incorporados nas importações (por 100.000 habitantes)	0	≤ 1	$1 < x \leq 1,75$	$1,75 < x \leq 2,5$	$> 2,5$	6	Ótimo técnico
8	Taxa de emprego em relação à população (%)	77,8	≥ 60	$60 > x \geq 55$	$55 > x \geq 50$	< 50	50	Média dos 3 melhores

								desempenhos da OCDE
8	Jovens sem emprego, educação ou formação (NEET) (% da população dos 15 aos 29 anos)	8.1	≤ 10	$10 < x \leq 12,5$	$12,5 < x \leq 15$	> 15	28.2	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
9	População que utiliza a internet (%)	100	≥ 80	$80 > x \geq 65$	$65 > x \geq 50$	< 50	2.2	Não deixe ninguém para trás
9	Assinaturas de banda larga móvel (por 100 habitantes)	100	≥ 75	$75 > x \geq 57,5$	$57,5 > x \geq 40$	< 40	1.4	Não deixe ninguém para trás
9	Índice de Desempenho Logístico: Qualidade do comércio e infraestrutura relacionada ao transporte	3.8	≥ 3	$3 > x \geq 2,5$	$2,5 > x \geq 2$	< 2	1.6	Média dos 5 melhores desempenhos
9	The Times Higher Education Universities Ranking: pontuação média das 3 melhores	50	≥ 30	$30 > x \geq 15$	$15 > x \geq 0$	< 0	0	Média dos 5 melhores desempenhos

	universidades (pior 0–100 melhor)							
9	Artigos publicados em revistas acadêmicas (por 1.000 habitantes)	1.2	$\geq 0,7$	$0,7 > x \geq 0,38$	$0,38 > x \geq 0,05$	$< 0,05$	0	Média dos 5 melhores desempenhos
9	Despesas com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)	3.7	$\geq 1,5$	$1,5 > x \geq 1,25$	$1,25 > x \geq 1$	< 1	0	Média dos 5 melhores desempenhos
9	Investigadores (por 1.000 habitantes ocupados)	15.6	≥ 8	$8 > x \geq 7,5$	$7,5 > x \geq 7$	< 7	0,8	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
9	Famílias de patentes triádicas registradas (por milhão de população)	115,7	≥ 20	$20 > x \geq 15$	$15 > x \geq 10$	< 10	0,1	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
9	Lacuna no acesso à internet por renda (pontos)	0	≤ 7	$7 < x \leq 26$	$26 < x \leq 45$	> 45	63,6	Não deixe ninguém para

	percentuais)							trás
9	Proporção feminina de graduados em áreas STEM no nível superior (%)	50	≥ 30	$30 > x \geq 25$	$25 > x \geq 20$	< 20	15	Não deixe ninguém para trás
10	coeficiente de Gini	27,5	≤ 30	$30 < x \leq 35$	$35 < x \leq 40$	> 40	63	Média dos 5 melhores desempenhos
10	proporção de palma	0,9	≤ 1	$1 < x \leq 1,15$	$1,15 < x \leq 1,3$	$> 1,3$	2.5	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
10	Taxa de pobreza de idosos (% da população com 66 anos ou mais)	3.2	≤ 5	$5 < x \leq 15$	$15 < x \leq 25$	> 25	45,7	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
11	Proporção da população urbana vivendo em favelas (%)	0	≤ 5	$5 < x \leq 15$	$15 < x \leq 25$	> 25	90	Não deixe ninguém para trás
11	Concentração média anual de material particulado	6.3	≤ 10	$10 < x \leq 17,5$	$17,5 < x \leq 25$	> 25	87	Média dos 5 melhores

	inferior a 2,5 microns de diâmetro (PM2,5) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)							desempenhos
11	Acesso a fonte de água melhorada, canalizada (% da população urbana)	100	≥ 98	$98 > x \geq 86,5$	$86,5 > x \geq 75$	< 75	6.1	Não deixe ninguém para trás
11	Satisfação com o transporte público (%)	82,6	≥ 72	$72 > x \geq 57,5$	$57,5 > x \geq 43$	< 43	21	Média dos 5 melhores desempenhos
11	População com sobrecarga de aluguel (%)	4.6	≤ 7	$7 < x \leq 12$	$12 < x \leq 17$	> 17	25.6	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE
12	Resíduos sólidos municipais (kg/capita/dia)	0,1	≤ 1	$1 < x \leq 1,5$	$1,5 < x \leq 2$	> 2	3.7	Média dos 5 melhores desempenhos
12	Resíduos eletrônicos (kg/capita)	0,2	≤ 5	$5 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 10$	> 10	23,5	Média dos 5 melhores desempenhos

12	Emissões de SO ₂ baseadas na produção (kg/capita)	0	≤ 30	$30 < x \leq 65$	$65 < x \leq 100$	> 100	525	Média dos 5 melhores desempenhos
12	Emissões de SO ₂ incorporadas nas importações (kg/capita)	0	≤ 5	$5 < x \leq 7,5$	$7,5 < x \leq 10$	> 10	30	Ótimo técnico
12	Emissões de nitrogênio baseadas na produção (kg/capita)	2	≤ 20	$20 < x \leq 35$	$35 < x \leq 50$	> 50	100	Média dos 5 melhores desempenhos
12	Emissões de nitrogênio incorporadas nas importações (kg/capita)	0	≤ 5	$5 < x \leq 10$	$10 < x \leq 15$	> 15	45	Ótimo técnico
12	Exportações de resíduos plásticos (kg/capita)	0	≤ 1	$1 < x \leq 3$	$3 < x \leq 5$	> 5	12	Média dos 5 melhores desempenhos
12	Resíduos sólidos urbanos não reciclados (kg/capita/dia)	0,6	$\leq 0,8$	$0,8 < x \leq 0,9$	$0,9 < x \leq 1$	> 1	1,5	Média dos 3 melhores desempenhos da OCDE

13	Emissões de CO ₂ da queima de combustíveis fósseis e produção de cimento (tCO ₂ /capita)	0	≤ 2	$2 < x \leq 3$	$3 < x \leq 4$	> 4	20	Ótimo técnico
13	Emissões de CO ₂ incorporadas nas importações (tCO ₂ /capita)	0	$\leq 0,5$	$0,5 < x \leq 0,75$	$0,75 < x \leq 1$	> 1	3.2	Ótimo técnico
13	Emissões de CO ₂ incorporadas nas exportações de combustíveis fósseis (kg/capita)	0	≤ 100	$100 < x \leq 4050$	$4050 < x \leq 8000$	> 8000	44000	Ótimo técnico
13	Pontuação de preço de carbono em EUR 60/tCO ₂ (% , pior 0–100 melhor)	100	≥ 70	$70 > x \geq 50$	$50 > x \geq 30$	< 30	0	Ótimo técnico
14	Área média protegida em sítios marinhos importantes para a biodiversidade (%)	100	≥ 85	$85 > x \geq 75$	$75 > x \geq 65$	< 65	0	Ótimo técnico

14	Índice de Saúde do Oceano: Pontuação de Águas Limpas (pior 0–100 melhor)	100	≥ 80	$80 > x \geq 75$	$75 > x \geq 70$	< 70	28,6	Ótimo técnico
14	Peixe capturado de estoques superexplorados ou esgotados (% da captura total)	0	≤ 25	$25 < x \leq 37,5$	$37,5 < x \leq 50$	> 50	90,7	Ótimo técnico
14	Peixe capturado por arrasto ou dragagem (%)	1	≤ 7	$7 < x \leq 33,5$	$33,5 < x \leq 60$	> 60	90	Média dos 5 melhores desempenhos
14	Peixes capturados que são descartados (%)	0	≤ 5	$5 < x \leq 10$	$10 < x \leq 15$	> 15	20	Ótimo técnico
14	Ameaças à biodiversidade marinha incorporadas nas importações (por milhão de habitantes)	0	$\leq 0,2$	$0,2 < x \leq 0,6$	$0,6 < x \leq 1$	> 1	2	Ótimo técnico
15	Área média protegida em sítios terrestres importantes para a biodiversidade (%)	100	≥ 85	$85 > x \geq 75$	$75 > x \geq 65$	< 65	0	Ótimo técnico

15	Área média protegida em locais de água doce importantes para a biodiversidade (%)	100	≥ 85	$85 > x \geq 75$	$75 > x \geq 65$	< 65	0	Ótimo técnico
15	Lista Vermelha Índice de sobrevivência de espécies (pior 0-1 melhor)	1	$\geq 0,9$	$0,9 > x \geq 0,85$	$0,85 > x \geq 0,8$	$< 0,8$	0,6	Ótimo técnico
15	Desmatamento permanente (% da área florestal, média de 3 anos)	0	$\leq 0,05$	$0,05 < x \leq 0,28$	$0,28 < x \leq 0,5$	$> 0,5$	1,5	Meta ODS
15	Ameaças à biodiversidade terrestre e de água doce incorporadas nas importações (por milhão de habitantes)	0	≤ 1	$1 < x \leq 2$	$2 < x \leq 3$	> 3	10	Ótimo técnico
16	Homicídios (por 100.000 habitantes)	0,3	$\leq 1,5$	$1,5 < x \leq 2,75$	$2,75 < x \leq 4$	> 4	38	Média dos 5 melhores desempenhos

16	Detidos não condenados (% da população prisional)	7	≤ 30	$30 < x \leq 40$	$40 < x \leq 50$	> 50	75	Média dos 5 melhores desempenhos
16	População que se sente segura andando sozinha à noite na cidade ou região onde mora (%)	90	≥ 70	$70 > x \geq 60$	$60 > x \geq 50$	< 50	33	Média dos 5 melhores desempenhos
16	Direitos de propriedade (pior 1-7 melhor)	6.3	$\geq 4,5$	$4,5 > x \geq 3,75$	$3,75 > x \geq 3$	< 3	2.5	Média dos 5 melhores desempenhos
16	Registos de nascimento junto da autoridade civil (% de crianças com menos de 5 anos)	100	≥ 98	$98 > x \geq 86,5$	$86,5 > x \geq 75$	< 75	11	Não deixe ninguém para trás
16	Índice de Percepção de Corrupção (pior 0-100 melhor)	88,6	≥ 60	$60 > x \geq 50$	$50 > x \geq 40$	< 40	13	Média dos 5 melhores desempenhos
16	Crianças envolvidas em trabalho infantil (% da população de 5 a 14 anos)	0	≤ 2	$2 < x \leq 6$	$6 < x \leq 10$	> 10	39.3	Não deixe ninguém para trás

16	Exportações das principais armas convencionais (Constata TIV milhões de USD por 100.000 habitante)	0	≤ 1	$1 < x \leq 1,75$	$1,75 < x \leq 2,5$	$> 2,5$	3.4	Ótimo técnico
16	Índice de Liberdade de Imprensa (melhor 0-100 pior)	10	≤ 30	$30 < x \leq 40$	$40 < x \leq 50$	> 50	80	Média dos 5 melhores desempenhos
16	Acesso e acessibilidade à justiça (pior 0–1 melhor)	0,75	$\geq 0,65$	$0,65 > x \geq 0,58$	$0,58 > x \geq 0,5$	$< 0,5$	0,1	Média dos 5 melhores desempenhos
16	Pessoas detidas na prisão (por 100.000 habitantes)	25	≤ 100	$100 < x \leq 175$	$175 < x \leq 250$	> 250	475	Média dos 5 melhores desempenhos
17	Gastos do governo com saúde e educação (% do PIB)	15	≥ 10	$10 > x \geq 7,5$	$7,5 > x \geq 5$	< 5	0	Média dos 5 melhores desempenhos

17	Para países de alta renda e todos os países da OCDE DAC: Financiamento público concessional internacional, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento (% do RNB)	1	$\geq 0,7$	$0,7 > x \geq 0,52$	$0,52 > x \geq 0,35$	$< 0,35$	0,1	Média dos 5 melhores desempenhos
17	Outros países: Receita do governo excluindo doações (% do PIB)	40	≥ 30	$30 > x \geq 23$	$23 > x \geq 16$	< 16	10	Média dos 5 melhores desempenhos
17	Pontuação de paraíso fiscal corporativo (melhor 0-100 pior)	40	≤ 60	$60 < x \leq 65$	$65 < x \leq 70$	> 70	100	Média dos melhores desempenhos (Relatório da UE)
17	Pontuação de sigilo financeiro (melhor 0-100 pior)	42,7	≤ 45	$45 < x \leq 50$	$50 < x \leq 55$	> 55	76,5	Média dos 5 melhores desempenhos
17	Lucros deslocados de	0	≥ 0	$0 > x \geq -15$	$-15 > x \geq -30$	< -30	-70	Ótimo técnico

	multinacionais (US\$ bilhões)							
17	Índice de Desempenho Estatístico (pior 0-100 melhor)	100	≥ 80	$80 > x \geq 65$	$65 > x \geq 50$	< 50	25	Ótimo técnico